

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 425 - Ano XIII - 01/07/2013 - ISSN 1981-8769



## O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo



### **Valdemir Miotello:**

A linguagem dos documentos da Igreja: microarenas de lutas

### **Sueli Ramos:**

A semiótica greimasiana e a construção de sentido da *Gaudium et Spes*

### **Pedro Lima Vasconcellos:**

A história humana como o lugar permanente da revelação divina

**E MAIS**

### **Valdir Jose Morigi:**

O "caipira" e suas apropriações regionais nas festas juninas

# O Concílio Vaticano II como evento dialógico.

## Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo

**O**s 50 anos do início do Concílio Vaticano II inspirou e continua propiciando muitas pesquisas, seminários, simpósios, cursos, artigos e livros.

No entanto, o Seminário Internacional “O Concílio Vaticano II como evento dialógico”, promovido pelo Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe, do PPG em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, nos dias 3 e 4 de julho, em São Carlos, SP, chama a atenção e suscitou o tema de capa da revista **IHU On-Line** desta semana.

“Em continuidade aos 50 anos do Vaticano II queremos discutir com você outras perspectivas desse evento que procurou adequar a igreja católica aos desafios da contemporaneidade. Os descompassos da igreja e do

mundo ainda estão aí. E os desafios se ampliaram enormemente em ambos os lados”, afirmam os organizadores do evento.

O seminário quer pensar dialógicamente, a partir do pensamento filosófico de Mikhail Bakhtin e seu círculo, as questões que podem emanar dessa relação.

Contribuem com a presente edição o professor Ângelo Cardita, da Université de Laval, de Québec, Canadá, professor emérito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Carlos Faraco, a professora Maria Cecília Domezi, das Faculdades Integradas Claretianas, de São Paulo, Daniel Stosiek, professor e pesquisador da Universidade Federal de São Carlos, Paulo Dalla-Déa, pesquisador do Grupo de Gêneros do Discurso (GEGe), do

Departamento de Letras da UFSCar, o professor Pedro Lima Vasconcellos, da Universidade Federal de Alagoas, a professora Sueli Maria Ramos da Silva, do programa de mestrado em Letras e Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde – Uninor, de Três Corações-MG, e Valdemir Miotello, professor da Universidade Federal de São Carlos.

Pode ser lida também a entrevista com o professor e sociólogo da PUCRS, Valdir Jose Morigi, sobre as diferentes representações, nas festas juninas gaúchas e nordestinas.

Uma reportagem e outras informações completam a edição.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

  
**Instituto Humanitas Unisinos**  
UNISINOS  
Endereço: Av. Unisinos, 950, São Leopoldo/RS. CEP: 93022-000  
Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.  
E-mail: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.  
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)).

# IHU

**IHU On-Line** é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
ISSN 1981-8769.

**IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos.

Apoio: Comunidade dos Jesuítas – Residência Conceição.

### REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)).  
Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 ([grazielaw@unisinos.br](mailto:grazielaw@unisinos.br)).  
Redação: Márcia Junges MTB 9447 ([mjunges@unisinos.br](mailto:mjunges@unisinos.br)), Patricia Fachin MTB 13062 ([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br)) e Ricardo Machado MTB 15.598 ([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br)).  
Revisão: Isaque Correa ([icorrea@unisinos.br](mailto:icorrea@unisinos.br)).

Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, de Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência Experimental de Comunicação da Unisinos – Agexcom.

Editoração: Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Patricia Fachin, Luana Nyland, Natália Scholz, Wagner Altes e Mariana Staudt

# LEIA NESTA EDIÇÃO

## TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **O Concílio Vaticano II como evento dialógico**
- 7 **Valdemir Miotello:** A linguagem dos documentos da Igreja: microarenas de lutas
- 8 **Baú da IHU On-Line**
- 9 **Ângelo Cardita:** O Concílio Vaticano II e o poder comunicativo e experiencial do rito como “diálogo”
- 12 **Maria Cecilia Domezi:** O fluxo da corrente verbal. O catolicismo tradicional popular e o novo jeito de ser Igreja
- 15 **Sueli Maria Ramos da Silva:** A semiótica greimasiana e a construção de sentido da Gaudium et Spes
- 17 **Carlos Alberto Faraco:** Unitatis Redintegratio. A enunciação como resposta que solicita uma resposta
- 19 **Paulo Dalla-Déa:** A Igreja e a juventude antes e depois do Vaticano II
- 21 **Pedro Lima Vasconcellos:** A história humana como o lugar permanente da revelação divina
- 24 **Daniel Stosiek:** A alteridade da vida que constitui as vozes humanas

## DESTAQUES DA SEMANA

- 27 **Reportagem da Semana: Caminhos**
- 29 **Entrevistas da Semana**
- 29 **Valdir Jose Morigi:** O “caipira” e suas apropriações regionais nas festas juninas
- 31 **“A extinção dos partidos inviabiliza a democracia”**
- 36 **Destaques On-Line**

## IHU EM REVISTA

- 39 **A luta contra a fome e a opção pela vida**
- 41 **Cinco pontos de vista sobre o Brasil nas ruas**
- 43 **Publicação em destaque**



[twitter.com/ihu](https://twitter.com/ihu)



[bit.ly/ihufacebook](https://bit.ly/ihufacebook)



[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Tema de Capa

Destques  
da Semana

IHU em  
Revista

# O Concílio Vaticano II como evento dialógico

Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso e PPG em Linguística da Universidade Federal de São Carlos debatem em seminário internacional que tem o Vaticano II como pano de fundo

POR GRAZIELA WOLFART

**E**m que sentido um evento religioso como o Concílio Vaticano II, realizado há 50 anos pela Igreja Católica, pode interessar a um grupo que estuda gêneros do discurso dentro de um programa de pós-graduação em Linguística? Essa questão é respondida por alguns membros do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, que promove nesta semana, nos dias 3 e 4 de julho o “Seminário Internacional O Concílio Vaticano II como evento dialógico” (mais informações em <http://bit.ly/15awLgO>).

Questionado sobre em que sentido o Concílio Vaticano II pode ser descrito como um evento dialógico, o professor Paulo Dalla-Déa, do Departamento de Letras da UFSCar, cita a Mensagem do Concílio à Humanidade (que foi feito no final): “lá estão todos os novos agentes sociais e eclesiais que o Concílio quis dar voz e vez. Mulheres, jovens e crianças, trabalhadores, intelectuais, artistas, etc. O documento final quis reunir todos como forma de mostrar que eles têm lugar na Igreja e que devem ser acolhidos”. Para Paulo, infelizmente evoluímos mais na escuta de algumas vozes do que de outras. “A ‘dialogia’ do Vaticano II foi a de escutar, acolher e querer mostrar que essas vozes também são cristãs e não anticristãs ou anticatólicas. São frutos do Espírito de Deus agindo na história de hoje e nós devemos escutá-lo”.

Já para o professor Valdemir Miotello, líder do GEGe, certamente que a Igreja, que enunciou sua palavra nos documentos do Vaticano II, é aquela que lança sua palavra como se fosse a única verdadeira: “lança sua palavra como quem faz uma comunicação, sem levar em conta seu interlocutor; lança sua palavra como palavra dogmática. Essa Igreja não se coloca como dialógica. Mas a ‘dialogia’ não depende dela. A dialogia se dá apesar dela. A relação que garante que outras vozes se imiscuem nos documentos não depende do controle da própria igreja enunciativa. As palavras carregam em si vozes contraditórias, de valores e de interesses diversos, apesar do enunciatador”. Nesse sentido, explica ele, “é que dizemos que há outras vozes nos documentos da Igreja. Vozes dissonantes, discordantes, diversas, indicando outras

possibilidades de caminhadas e de porvires. Nossa reflexão vai em direção do desvelamento dessas outras vozes que lá estão, apesar da palavra religiosa se apresentar como autoritária, única verdadeira, dona dos sentidos. A realidade da enunciação é a polissemia, os mais variados sentidos. Ninguém pode prender a palavra. As palavras são livres. E cabe a todos nós lutar pela liberdade da palavra. De modo que ela possa ser emprenhada de todos os sentidos possíveis, e assim significar em todos os eventos possíveis”.

Na visão de Daniel Stosiek, igualmente pesquisador do Grupo, “a Igreja, que durante muito tempo tinha sido parte constituinte do poder imperial ‘monológico’, se viu desafiada por uma modernidade que também era e é monológica. Em parte, a Igreja respondeu seguindo uma lógica de guerra (se retirando, construindo muros, amaldiçoando os outros), mas no Concílio, ela começou a abrir-se ao diálogo com o mundo (autônomo) e com outras religiões”. Ele acrescenta que a “pesada herança da identidade total tornou difícil para a Igreja abrir-se inteiramente para o diálogo e a alteridade, porque isso requereria um processo de autotransformação. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II é um evento dialógico apenas começado. E fica a nossa tarefa continuar o processo dialógico, pois como Walter Benjamin disse, cada geração tem uma ‘uma frágil força messiânica’ para com o passado histórico; e como Franz Rosenzweig<sup>1</sup> disse, ‘as esperanças do passado nunca estão simplesmente acabadas, mas se erguem para o futuro’”.

Acompanhe a seguir as respostas destes três pesquisadores a algumas questões que ajudam a compreender a realização deste seminário que relaciona história, linguística, teologia, ciências da religião e outros temas.

<sup>1</sup> **Franz Rosenzweig** (1886- 1929): filósofo judeu nascido na Alemanha, é autor de uma obra importante na qual se destacam *Der Stern der Erlösung* (A estrela da redenção) e *Judentum und Christentum* (Judaísmo e Cristianismo). Trabalhou com Martin Buber na tradução da Bíblia hebraica para o alemão. Sobre ele, confira a entrevista “Rosenzweig e uma nova compreensão da ideia de sujeito”, com Ricardo Timm, disponível em <http://bit.ly/GCaglu> (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line – Por que escolher o Vaticano II como tema de estudo de um seminário promovido por uma universidade federal?**

**Paulo Dalla-Déa** – Nosso grupo estuda Bakhtin<sup>1</sup> e um conceito central é ‘dialogia’. É preciso escutar outras vozes, porque é a partir do outro que eu constituo a minha identidade. A partir disso, refletimos e publicamos também sobre o discurso religioso, que é um outro para o discurso científico e acadêmico. E tem também a motivação das comemorações sobre a celebração de um evento tão importante como foi esse Concílio. Hoje a religião e os fenômenos que ela gera na sociedade têm que ser estudados, sem aquele ranço de que religião é “ópio do povo” ou “coisa a ser superada com a evolução da sociedade”. Nenhuma dessas posições entende o que acontece no século XXI: a religião hoje incorporou as críticas da academia e age de outra forma. Temos revoluções e atos no século XX que foram inspirados pela religião e que podem ser ou não positivos. O fato é que a postura também vai mudando na academia e isso é bom. Hoje as Ciências da Religião são uma realidade e a Teologia quer trabalhar com as diversas ciências, num trabalho de equipe. Não dá mais para fazer teologia de forma isolada e defensiva. Por fim, não se pode esquecer que o Concílio, mesmo sendo um evento católico, atingiu todas as Igrejas cristãs e isso tem que ser considerado na academia também.

**IHU On-Line – Como surgiu a ideia de realizar um evento na área da linguística que tivesse como fonte o Concílio Vaticano II?**

**Valdemir Miotello** – Temos uma pesquisa aprovada pela CAPES aqui

<sup>1</sup> Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975): filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes. Bakhtin foi um verdadeiro pesquisador da linguagem humana. Seus escritos, em uma variedade de assuntos, inspiraram trabalhos de estudiosos em um número de diferentes tradições (o marxismo, a semiótica, o estruturalismo, a crítica religiosa) e em disciplinas tão diversas como a crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia. (Nota da IHU On-Line)

na UFSCar, que contempla esse tema. Queremos compreender a difusão do discurso religioso na sociedade contemporânea; entender sua força; suas fraquezas; seus argumentos. Afinal vivemos em uma sociedade laica, mas completamente encharcada de práticas e discursos religiosos. Um dos compromissos dessa pesquisa era discutirmos esses estudos em um evento ampliado, com outros pesquisadores. Nosso ponto de observação dessa questão é do lugar do linguista, que trabalha com os estudos da linguagem. Assim é desse lugar que vamos procurar compreender o Vaticano II. E as teorias com as quais estamos mais familiarizados são as propostas por Mikhail Bakhtin. Dessa forma, queremos submeter nossa crítica também aos eventos produzidos pelo Vaticano II, a seus documentos, às posturas da Igreja dela emanadas; aos caminhos trilhados pela Igreja nesses últimos 50 anos. Afinal o Vaticano II completa agora 50 anos de existência. E a Igreja também se sente em uma estrada em crise. E essa crítica produzida pelas contribuições de Bakhtin também indicam a possibilidade de se construir outras possibilidades de relações. Nesse caso dialógicas, relações rejuvenescedoras, libertadoras, também da palavra que se apresenta como autoritária. Cabe contribuir para pensar uma palavra liberta, que possa dialogar, em conflitos, mas livre.

**IHU On-Line – Em que contexto surgiu a ideia de promover um evento com este discurso?**

**Daniel Stosiek** – O evento trata um tema da teologia e ao mesmo tempo um tema social, de importância também fora da igreja. Acho que tratar tal tema, independentemente da teologia oficial e da igreja, oferece uma possibilidade grande da criatividade, de se apropriar dos temas teológicos autonomamente, e talvez até da “carnavalização”, da “risada” em alguns momentos.

**IHU On-Line – Como se deu a escolha dos palestrantes?**

**Valdemir Miotello** – Ao estabelecer contatos com pesquisado-

res, procuramos os que tivessem relação com o tema dos estudos da linguagem, por um lado, e estudos bakhtinianos da linguagem, e que tivessem relação com os possíveis temas possibilitados pelo estudo do Vaticano II, por outro. Assim, linguistas, teólogos, antropólogos, sociólogos e especialistas em comunicação foram os estudiosos contatados. Além do mais, são nossos amigos, com quem já temos boas relações de trabalho, o que garante possivelmente mais densidade às conversas, pois já temos contato sobre nossos trabalhos e reflexões. Além disso, temos também todo compromisso com o impulsionamento do que Bakhtin propõe como uma revolução possível nos tempos contemporâneos: entrar pela porta da alteridade superando os tempos de instauração da identidade; constituir a linguagem como dialógica, em detrimento de se encarar a linguagem como monofônica, autoritária; superar as dicotomias, instaurando relações rejuvenescedoras. Daí esse grupo de pesquisadores estar nesse evento.

## **O Vaticano II e os estudos bakhtinianos**

Os estudos da linguagem passam por um momento renovador, com uma quantidade de teorias que se esforçam para dar conta de seu objeto. Bakhtin também elaborou uma teoria em que a linguagem é mediação, e portanto ela está diretamente em contato com a vida, com os enunciadores singulares e concretos. A linguagem constitui os sujeitos; é material para elaboração de sua consciência, de seu jeito de viver, de suas crenças. Dessa forma, esse evento também vai contribuir para uma discussão e um aprofundamento dos estudos bakhtinianos. E olhando sob essa perspectiva para um evento grandioso, da magnitude do Vaticano II. Visto como evento dialógico, repleto de vozes, com todos os jogos de interesses dentro de si, com todas as contradições possíveis. Essa é sua riqueza. Essa é sua pobreza. Assim são as instituições. Assim são as pessoas. Assim é a vida.

# A linguagem dos documentos da Igreja: microarenas de lutas

Segundo Valdemir Miotello, a linguagem é o lugar onde os sentidos se dão, se constituem, de modo que “os documentos do Vaticano II apresentam a Igreja, como ela se coloca na relação de concordância e de embate com o mundo contemporâneo”

POR GRAZIELA WOLFART

“**P**ara se compreender a Igreja, sua missão, seu projeto, é preciso que se olhe para seus documentos. Lá está definida com qual sociedade a igreja dialoga; com quais sujeitos ela se relaciona; como ela estabelece as hierarquias, como ela assume as culturas, os mitos, os comportamentos; lá se define como ela pretende dialogar com as liturgias, os sacramentos, os ritos; está definido em seus documentos quem é o povo de Deus e quem não é; quem é cristão e quem não é; quem vive a redenção e quem vive sem ela. Nenhuma palavra é neutra; todas são ideologizadas”. A afirmação é do professor e pesquisador Valdemir Miotello, da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, ele explica que “as palavras oficiais da Igreja a definem; e revelam os pontos de diálogo com as palavras que não são oficiais; palavras que vêm

do povo; do mundo secular. Dentro das palavras pronunciadas em seus documentos estão a palavra da Igreja e as palavras outras, que são refutadas, negadas, proscritas. É muito importante se entender essa dimensão da linguagem para se poder conversar sobre o Concílio como um evento dialógico”.

Valdemir Miotello possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. É professor da Universidade Federal de São Carlos, lotado no Departamento de Letras. É líder do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe/UFSCar, que esta semana promove o evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico”, no qual ministrará a palestra “O olhar dialógico sobre o discurso religioso”.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que o senhor trará ao falar sobre o tema “O olhar dialógico sobre o discurso religioso”?**

**Valdemir Miotello** – O discurso religioso está presente em todos os campos da vida humana. É um discurso onipresente, forte, hegemônico em vários campos, e poderíamos compreendê-lo com um discurso dogmático, autoritário, emanado e difundido como uma voz monológica, unidirecional, alienante, sem concretude, aliciadora. Mas também podemos analisar o discurso religioso como um discurso com muitas vozes, indicando muitas opções, encarando a diversi-

dade, aceitando o jogo da alteridade, em vez de apenas os esforços para a construção e manutenção da identidade. Identidade da Igreja e identidade do mundo. De alguma forma essa identidade tem que se abrir para os jogos de alteridade. É necessária a superação da Identidade, para principirmos tempos de alteridade. O Concílio pode ser visto como uma possibilidade de alteridade, de se colocar na relação com o outro. E não de apenas definir a si mesmo. É então que a dialogia se dá. Mesmo sem a autorização do Eu. Sempre é o Outro o ponto de partida. E a Dialogia se dá “apesar do eu”. O que significa que essa abertura se dá não porque eu dou o tom, ou

permito, mas porque me ponho na escuta do outro. O discurso religioso deve se abrir ao outro, colocar-se na escuta. E não se colocar como um discurso autoritário, o que normalmente se dá. Os outros discursos precisam ser ouvidos. O mundo fala. E não é subalterno à Igreja. E finalmente pensar as memórias de futuro que tanto a Igreja quanto a sociedade se colocam. Ouvir o futuro. Colocar-se na escuta do porvir.

**IHU On-Line – Qual a riqueza dos documentos do Concílio Vaticano II para os estudos da filosofia da linguagem?**

**Valdemir Miotello** – A filosofia da linguagem, de base bakhtiniana, compreende a linguagem como o lugar da interação entre dois ou mais sujeitos. A linguagem é o ponto de encontro; é o lugar onde a dialogia se torna concreta. E a linguagem é também constituidora do homem e do seu meio. Assim, ao olhar para a linguagem como se pondo na mediação, pode-se compreender o homem e seu meio. A linguagem é o lugar onde os sentidos se dão, se constituem. E também é o lugar mais sensível para se perceber qualquer pequena mudança que se dá no mundo. Assim, os documentos do Vaticano II apresentam a Igreja, como ela se coloca na relação de concordância e de embate com o mundo contemporâneo. Para se compreender a Igreja, sua missão, seu projeto, é preciso que se olhe para seus documentos. Lá está definido com qual sociedade a igreja dialoga, com quais sujeitos ela se relaciona, como ela estabelece as hierarquias, como ela assume as culturas, os mitos, os comportamentos; lá se define como ela pretende dialogar com as liturgias, os sacramentos, os ritos; está definido em seus documentos quem é o povo de Deus e quem não é; quem é cristão e quem não é; quem vive a redenção e quem vive sem ela. Nenhuma palavra é neutra; todas são ideologizadas. As palavras oficiais da Igreja a definem; e

“Todas as palavras são usadas por todas as pessoas e, portanto, são encharcadas de interesses, de apreciação social”

revelam os pontos de diálogo com as palavras que não são oficiais; palavras que vêm do povo; do mundo secular. Dentro das palavras pronunciadas em seus documentos estão a palavra da Igreja e as palavras outras, que são refutadas, negadas, proscritas. É muito importante se entender essa dimensão da linguagem para se poder conversar sobre o Concílio como um evento dialógico.

**IHU On-Line – O que pode ser dito sobre a relação entre linguagem e ideologia a partir dos textos dos documentos do Vaticano II?**

**Valdemir Miotello** – Não há linguagem sem ideologia. Nenhuma pa-

lavra é desvestida de seu preço, seu valor, pois que todas as palavras são usadas por todas as pessoas e, portanto, são encharcadas de interesses, de apreciação social. Os grupos dominantes, e nesse caso a própria Igreja, pretende sempre que sua palavra seja limpa, neutra, asséptica, e nesse caso que seja a única verdade, emanada diretamente de Deus, ou de seus representantes infalíveis aqui na terra. Essa palavra, anunciada como dogmática, não resiste à menor análise, pois toda ela é também uma palavra social posta na luta de interesses, enunciada a partir de um lugar social, dentro de um horizonte bem definido. Impossível extrair a ideologia de dentro de qualquer palavra posta em enunciação. As palavras autoritárias pretendem apagar a ideologia, para se converterem em verdade única; e para que seus enunciadores sejam colocados acima das disputas que se dão nos meios sociais. Mas é apenas pretensão. A existência da linguagem apenas se dá no meio social. E ao olharmos para os documentos da Igreja, qualquer documento, de qualquer igreja, este é o caráter que sua linguagem carrega: reflete e refrata; coloca-se no jogo ideológico; carrega-se de valores sem disputa; enuncia sentidos contraditórios; transformam-se em microarenas de lutas.

## Baú da IHU On-Line

>> Sobre o tema desta edição leia também:

- **IHU On-Line** número 401, de 03-09-2012, intitulada “Concílio Vaticano II. 50 anos depois”, disponível em <http://bit.ly/REokjn>
- **IHU On-Line** número 297, de 15-06-2009, intitulada “Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II”, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>
- **IHU On-Line** número 124, de 22-11-2004, intitulada “A Igreja. 40 Anos de Lumen Gentium”, disponível em <http://bit.ly/9IFZTk>
- **Cadernos Teologia Pública** número 25, intitulado “A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo: o legado do Vaticano II”, de Sinivaldo S. Tavares, disponível em <http://bit.ly/NIGuOZ>
- **Cadernos Teologia Pública** número 16, intitulado “Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento”, de autoria de João Batista Libânio, disponível em <http://bit.ly/L6iSlp>

# O Concílio Vaticano II e o poder comunicativo e experiencial do rito como “diálogo”

Ângelo Cardita esclarece que a constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* propõe a participação ativa como forma concreta, ritual e simbólica de entrar em relação, na fé, com o mistério pascal e com a história da salvação

POR GRAZIELA WOLFART

Ângelo Cardita respondeu por e-mail às perguntas da **IHU On-Line** diretamente de Quebec, no Canadá, onde mostra como o Movimento Litúrgico cria na Igreja uma situação “dialógica” imprescindível para compreender e discernir a questão litúrgica tal como ela se coloca hoje na vida da Igreja, em diálogo com o mundo e a sociedade plurais. “A participação ativa na liturgia pode ser entendida como ‘fonte do espírito cristão’ na medida em que ela transforma uma liturgia ‘monológica’ numa liturgia que se entende e se celebra como diálogo entre Deus e os homens, tal como lemos também na *Sacrosanctum Concilium*”. Para ele, “a teologia litúrgica é, pois, uma perspectiva particular de articular a experiência ritual humana (antropo-logia) como possibilidade da articulação de Deus (teo-logia), dando razão, ao mesmo tempo, da história, do sentido cristológico e da di-

menção eclesial e sociocultural dos ritos cristãos, ou seja, da experiência ritual cristã”.

Ângelo Cardita estudou Teologia no ISTE (Évora), tendo concluído a licenciatura em Teologia na Faculdade de Teologia da UCP-Porto, com a apresentação da tese: “Música e inculturação litúrgica. A expressão musical da cultura popular religiosa do Baixo-Alentejo na liturgia”. É doutor em Teologia pelo Pontifício Ateneo S. Anselmo, de Roma, com a tese “O Mistério, o Rito e a Fé. Para uma ‘recondução antropológica’ da teologia litúrgico-sacramental”. Atualmente é professor na Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas da Université de Laval, de Quebec, Canadá. Ele participará esta semana do evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico” ministrando a palestra “A fonte do espírito cristão” (*Sacrosanctum Concilium* 14).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que o senhor trará ao falar sobre o tema “A fonte do espírito cristão” (*Sacrosanctum Concilium* 14)?**

**Ângelo Cardita** – Antes de tudo, é bom sublinhar que a expressão “fonte do espírito cristão” é uma referência abreviada a um magnífico parágrafo da primeira constituição conciliar, a *Sacrosanctum Concilium*, que se dedicou à liturgia, à sua reforma e incremento no seio da Igreja: o parágrafo número 14. Na verdade, o sentido global da frase é o seguinte: a *participação ativa* de todo o povo cristão é a “primeira” e “necessária” fonte do es-

pírito cristão, isto é, da própria fé em Jesus Cristo. Dessa forma, o Concílio lançou a reinterpretação que o Movimento Litúrgico dera a uma intenção do Papa Pio X<sup>1</sup> sob o impulso do beneditino Lambert Beauduin de Mont-César<sup>2</sup>, Lovaina (Bélgica) (impulso partilhado e desenvolvido por todos os

<sup>1</sup> **São Pio X** (1835-1914): foi o 257º Papa. Seu pontificado decorreu de 4 de agosto de 1903 até a data da sua morte. Ficou conhecido como o “Papa da Eucaristia” e foi o primeiro Papa a ser canonizado desde Pio V (1566-72). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> **Lambert Beauduin de Mont-César** (1873-1960): monge belga que fundou o monastério de Chevetogne Abbey em 1925. (Nota da **IHU On-Line**)

autores do Movimento Litúrgico: Pius Parsch, Romano Guardini, Odo Casel, Hélène Lubienska de Lenval, Martimort, etc.). Quer dizer, o Concílio não só reconhece como autoriza o Movimento Litúrgico enquanto expressão válida do *sensus fidei*, na medida em que é um movimento que parte das bases e é assumido pelo magistério da Igreja, primeiro com a encíclica *Mediator Dei* de Pio XII, em 1947, e depois mais solene e vinculativamente com a *Sacrosanctum Concilium* do Vaticano II, em 1963. Então, de acordo com a metodologia e o quadro teórico do Seminário da UFSCar, inspirados no filósofo russo Mikhail Bakhtin, mos-

trarei como o Movimento Litúrgico cria na Igreja uma situação “dialógica” imprescindível para compreender e discernir a questão litúrgica tal como ela se coloca hoje na vida da Igreja, em diálogo com o mundo e a sociedade plurais. Mais concretamente, neste sentido, a participação ativa na liturgia pode ser entendida como “fonte do espírito cristão” na medida em que ela transforma uma liturgia “monológica” numa liturgia que se entende e se celebra como diálogo entre Deus e os homens, tal como lemos também na *Sacrosanctum Concilium*.

**IHU On-Line – Que proposta de liturgia surge a partir da *Sacrosanctum Concilium*? Que novidade se apresenta a partir dela, pensando na trajetória histórica da liturgia católica?**

**Ângelo Cardita** – Este é um ponto muito importante e que tem sido muito incompreendido: a *Sacrosanctum Concilium* propõe a participação ativa como forma concreta, ritual e simbólica de entrar em relação, na fé, com o mistério pascal e com a história da salvação. É preciso ter bem presente, por exemplo, a relação deste ideal participativo com a antropologia. Se compararmos a *Mediator Dei* (que já fala na promoção da participação ativa) com a *Sacrosanctum Concilium*, fica claro que enquanto a primeira recorre a uma antropologia dualista (corpo/alma), que é também traduzida “politicamente” numa eclesiologia que separa os fiéis do clero, a segunda se caracteriza por uma antropologia integral: nunca (exceto numa breve passagem pouco significativa desde este ponto de vista) a *Sacrosanctum Concilium* se refere a uma participação “interna” contraposta a uma participação “externa” ou à participação dos fiéis na ação realizada pelo clero. A participação na *Sacrosanctum Concilium* é sempre “ativa”, “integral”, “consciente”, “frutuosa”, “eficaz” e é direito e dever de cada membro do povo de Deus. Para o Movimento Litúrgico e também para os padres conciliares não se trata, aqui, tanto de uma “novidade” quanto de uma recuperação da “sã tradição” em ligação com um “legítimo progresso”. Mas é claro que desde um ponto de vista limitado aos últimos cinco séculos, após o Concílio de Trento<sup>3</sup>, um apelo

3 Concílio de Trento: realizado de 1545

tão forte (e cheio de consequências práticas) pode parecer uma novidade sem precedentes. Na verdade, o Concílio esclarece que uma tal “novidade” decorre da própria natureza teológica da liturgia e o papa Paulo VI<sup>4</sup>alaria mesmo da “moderna antiguidade” da liturgia romana reproposta à Igreja com a reforma ordenada sob a autoridade suprema do Concílio.

**IHU On-Line – Em que sentido a liturgia pode ser vista como o cume e fonte a partir da hermenêutica da *Sacrosanctum Concilium*?**

**Ângelo Cardita** – A afirmação de *Sacrosanctum Concilium* 14 (a participação ativa como primeira e necessária fonte do espírito cristão) deve ser interpretada no seu contexto próprio, nomeadamente em relação com o conjunto de afirmações que encontramos em *Sacrosanctum Concilium* 9-10, ou seja, que a liturgia é a fonte e o cume de toda a atividade da Igreja. Mas é preciso ler com atenção. A liturgia tem a eucaristia como centro. Portanto, a eucaristia é valorizada como celebração litúrgica e não apenas como significado teológico (ou seja, como invólucro de uma presença “real”, sim, mas meramente abstrata). Valorizando a dimensão litúrgica da eucaristia e, portanto, a relação da eucaristia com as demais celebrações rituais da fé, a Igreja descobre as várias modalidades simbólicas e igualmente reais (o simbólico não é o não-real, mas uma forma de viver e de compreender o real) da presença de Cristo. Recordando a centralidade eucarística da liturgia e de toda a vida de fé, o Concílio dá também o critério teológico e pastoral de avaliação e de promoção da liturgia, precisamente na medida em que encontra o seu centro na eucaristia. Então, o Concílio reescreve o famoso adágio tradicional esclarecendo que “a Igreja faz eucaristia e a eucaristia faz a Igreja” na medida

a 1563, foi o 19º concílio ecumênico. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé (sagrada escritura histórica) e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica e a reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contra-Reforma. (Nota da **IHU On-Line**)  
4 Paulo VI (1897-1978): Giovanni Battista Montini foi papa da Igreja Católica entre 1963 e 1978. Chefiou a Igreja Católica durante a maior parte do Concílio Vaticano II e foi decisivo na colocação em prática das suas decisões. (Nota da **IHU On-Line**)

da participação atual de todos os batizados, segundo a condição de cada um, nas várias celebrações litúrgicas. Isso vale também para as celebrações comunitárias do Ofício ou da Liturgia das Horas e para as celebrações da Palavra e outras celebrações, as quais, *mesmo sem a presidência de ministros ordenados*, se ordenam para a eucaristia presidida pelo bispo diocesano (ou sob a sua deputação), sendo, portanto, verdadeiras expressões constitutivas da Igreja em comunhão hierárquica.

**A fonte e o cume**

A metáfora da fonte e do cume supõe ainda uma articulação dinâmica entre os momentos e aspetos não rituais da vida cristã (evangelização, atos e decisões éticas, oração pessoal e contemplação ou espiritualidade, etc.) e a liturgia. O Concílio não propõe uma concentração litúrgica da vida cristã. Pelo contrário, reconhecendo que a liturgia é a fonte e o cume de toda a atividade da Igreja, o Concílio exige igualmente o empenho na evangelização e o compromisso ético e de caridade no meio do mundo, numa “síntese vital” (*Gaudium et Spes* 43). Mas a liturgia não é apenas o último momento, o “cume”, da vida cristã. Ela é também a “fonte”, o início, muito concretamente nos sacramentos da iniciação cristã, cujo dinamismo confirma claramente o centro eucarístico da vida cristã: a primeira eucaristia é o “cume” do processo batismal, o ponto de chegada que exprime e realiza o sentido e a ação da graça (que é conversão à fé, escuta da Palavra do Evangelho e entrada pela “porta batismal” na comunhão de vida na Igreja) de todo o percurso, e é também a “fonte” ou o ponto de partida da condição dominical, celebrativa, da Igreja, no encontro com Cristo ressuscitado, na Palavra, nos irmãos, na missão, no testemunho, na fé, na caridade e na esperança... “até que Ele venha”.

**IHU On-Line – O que faz parte de uma estruturação de uma teologia litúrgica?**

**Ângelo Cardita** – A teologia litúrgica é hoje uma disciplina teológica muito complexa. A *Sacrosanctum Concilium* refere três aspetos principais: o teológico, o histórico e o pastoral, mas, na minha perspetiva, o fundamental joga-se sobre o plano epistemológico, isto é, na nossa forma

de conceber a relação entre a “fé” e “razão” a partir da experiência ritual humana, antropológica e religiosa, por um lado, e a sua forma cristã derivada do evento da revelação cristológica e da sua transmissão, por outro. Assim, a referência à ritualidade transforma a relação entre fé e razão, inscrevendo-a na corporeidade ritual e, portanto, obrigando a pensar a fé num quadro antropológico – especulativo e prático – mais amplo do que a “simples razão”, a qual se reconhece assim antecedida e superada, ou seja, aberta à “diferença” ou à “alteridade”. O próprio pensamento descobre uma raiz corporal e intersubjetiva que se torna uma abertura à transcendência. A teologia litúrgica é, pois, uma perspectiva particular de articular a experiência ritual humana (antropo-logia) como possibilidade da articulação de Deus (teo-logia), dando razão, ao mesmo tempo, da história, do sentido cristológico e da dimensão eclesial e sociocultural dos ritos cristãos, ou seja, da experiência ritual cristã.

**IHU On-Line – Como se configura a filosofia da liturgia, ou, em outras palavras, como se dá a relação entre liturgia e filosofia?**

**Ângelo Cardita** – A liturgia “obriga” o pensamento e, portanto, a filosofia a confrontar-se com a corporeidade e com a dimensão simbólico-ritual da fé. A própria existência de uma “filosofia da liturgia” (na verdade, há muitas filosofias litúrgico-rituais) o comprova. Creio que podemos organizá-la em duas grandes famílias filosóficas: um grupo significativo de filósofos pensa a experiência ritual cristã, por vezes em termos muito semelhantes aos da própria teologia (von Hildebrand, Jacques Maritain, Romano Guardini, Maurice Festugière e, mais recentemente, Yves Lacoste, Samuel Rouillois, Catherine Pickstock...), mas existe também uma tradição filosófica que se interessa mais globalmente pela ritualidade antropológica (Cassirer, Susane Langer, Wittgenstein, Gadamer, Giorgio Agamben...), estabelecendo uma possibilidade de medição conceitual da imediatividade simbólica que caracteriza o rito. Assim, o diálogo interdisciplinar a estabelecer não é apenas com a filosofia, mas também com as ciências humanas que estudam o rito. Nesse contexto, é particularmente relevante a relação do rito

com a linguagem, perspectiva que encontra os primeiros impulsos com Cassirer<sup>5</sup> e, mais fortemente, com Wittgenstein<sup>6</sup> e que é, a meu ver, fundamental para compreender também a ritualidade cristã e, mais concretamente, a reforma litúrgica do Vaticano II. Esta, pode ser entendida como uma operação que visa o restabelecimento do poder comunicativo e experiencial do rito como “diálogo”, isto é, como um peculiar tipo de uso intersubjetivo da palavra e da corporeidade, no interior do qual surge a possibilidade de entrar em relação e em diálogo com Deus. O Seminário da UFSCar, inspirando-se em Bakhtin, coloca-se precisamente nesta linha.

**IHU On-Line – Qual a contribuição que a constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* do Vaticano II pode oferecer ao fundamento filosófico da liturgia?**

**Ângelo Cardita** – É verdade que podemos encontrar as duas grandes famílias filosóficas que eu mencionei, mas, mais em concreto, elas se inserem em correntes mais especializadas, como a fenomenologia, a hermenêutica ou a filosofia da linguagem. Na *Sacrosanctum Concilium*, podemos encontrar marcas da presença de uma “fenomenologia” (no uso da categoria

“manifestação”, mas também na articulação do “visível” e do “invisível”) e de uma “semiótica” (no uso da categoria “signo” e de uma certa teoria da “significação”), ligadas certamente a uma “hermenêutica simbólica” e a uma forma concreta de conceber a linguagem humana. Assim, a *Sacrosanctum Concilium* dá testemunho de um fundo filosófico muito rico e complexo que não tem merecido a devida atenção mas do qual depende certamente a possibilidade de um “fundamento filosófico” da liturgia.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?**

**Ângelo Cardita** – Sim, gostaria de referir um aspecto por vezes esquecido a respeito do alcance e do valor hermenêuticos da *Sacrosanctum Concilium* em relação à liturgia e à vida cristã. Atualmente, há vários movimentos e grupos que falam num “novo movimento litúrgico” e até numa “reforma da reforma”, confrontando a liturgia atual e a própria *Sacrosanctum Concilium* com a liturgia pré-conciliar (supostamente mais impregnada do “sagrado”) e com certas formulações doutrinárias estabelecidas pelo concílio de Trento (a questão do sacrifício, por exemplo) como se o Vaticano II alguma vez tivesse renunciado à grande Tradição litúrgica e teológica da Igreja. Estes grupos esquecem-se do lugar e do significado de um concílio na vida da Igreja e, mais concretamente, que, agora, o confronto a ser feito é com os grandes princípios da *Sacrosanctum Concilium* e do Vaticano II. Portanto, qualquer expressão doutrinária, qualquer forma ritual ou comunitária, qualquer regulamentação jurídica (o próprio Código de Direito Canônico foi revisto segundo os princípios do Concílio, tal como se lê na constituição que o promulga, ab-rogando o Código anterior) que não passe pelo teste conciliar – que é um teste “diológico” – se afasta pura e simplesmente do caminho de apropriação e de comunicação da Tradição e do Evangelho de Cristo inaugurado pelo Concílio e é, em potência, cismático (ainda que se apresente com as vestes de um certo momento histórico do catolicismo, mas também se apenas se refere superficialmente à “letra” e ao “espírito” conciliares).

5 Ernst Cassirer (1874-1945): filósofo alemão de origem judaica que pertenceu a Escola de Marburg. Foi um dos mais importantes representantes da tradição neokantiana de Marburgo. Desenvolveu uma filosofia da Cultura como uma teoria dos símbolos, baseada na Fenomenologia do Conhecimento. (Nota da IHU On-Line)

6 Ludwig Wittgenstein (1889-1951): filósofo austríaco, considerado um dos maiores do século XX, tendo contribuído com diversas inovações nos campos da lógica, filosofia da linguagem, epistemologia, dentre outros campos. A maior parte de seus escritos foi publicada postumamente, mas seu primeiro livro foi publicado em vida: *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921. Os primeiros trabalhos de Wittgenstein foram marcados pelas idéias de Arthur Schopenhauer, assim como pelos novos sistemas de lógica idealizados por Bertrand Russel e Gottlob Frege. Quando o *Tractatus* foi publicado, influenciou profundamente o Círculo de Viena e seu positivismo lógico (ou empirismo lógico). Confira na edição 308 da IHU On-Line, de 14-09-2009, a entrevista *O silêncio e a experiência do inefável em Wittgenstein*, com Luigi Perissinotto, disponível para download em <http://migre.me/qQYt>. Leia, também, a entrevista *A religiosidade mística em Wittgenstein*, concedida por Paulo Margutti, concedida à revista IHU On-Line 362, de 23-05-2011, disponível em <http://bit.ly/LUCopl>. (Nota da IHU On-Line)

# O fluxo da corrente verbal. O catolicismo tradicional popular e o novo jeito de ser Igreja

Maria Cecilia Domezi aborda a maneira de recepção e de enunciação do Concílio Vaticano II na base leiga e popular da Igreja Católica

POR GRAZIELA WOLFART

“O Concílio fez uma virada antropocêntrica”. A opinião é da professora Maria Cecilia Domezi, em entrevista concedida por e-mail para a **IHU On-Line**. Ela explica sua afirmação: “o centro das atenções da Igreja deixou de ser ela mesma enquanto instituição de poder, deixou de ser uma doutrina sem vida; passou a ser a pessoa humana na sua completude, situada no mundo moderno, com todas as suas relações e com sua realidade cultural”. Para ela, na América Latina essa virada encontrou um “espaço especialmente favorável. A partir das Conferências de Medellín e de Puebla e com a Teologia da Libertação, concretizou-se o modo de ser Igreja Povo de Deus, em relação mais circular que piramidal, no exercício da cidadania eclesial a partir do batismo, no profetismo, na opção pelos pobres como sujeitos da sua libertação integral. O protagonismo da base leiga e popular da Igreja, através de sua participação grupal e comunitária, passou a aparecer no ‘fluxo da corrente verbal’, como apresenta o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin. Ali está o processo de conscientiza-

ção e engajamento na *práxis* que transforma as injustiças da sociedade. Dentro da tomada da Palavra divina, a tomada da palavra humana faz maravilhas”.

Maria Cecilia Domezi possui graduação em Instrumentos pela Faculdade de Música Santa Marcelina, graduação em Educação Artística pela Associação Santa Marcelina – Faculdades Santa Marcelina e em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e doutorado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora nas Faculdades Integradas Claretianas, de São Paulo, e no Instituto São Paulo de Teologia. Ela participará esta semana do evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico” ministrando a palestra “Entre o pensamento mítico e a práxis de transformação social: o Vaticano II em linguagem popular.”

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que a senhora trará ao falar sobre o tema “Entre o pensamento mítico e a práxis de transformação social: o Vaticano II em linguagem popular”?**

**Maria Cecilia Domezi** – O foco é a maneira de recepção e de enunciação do Concílio Vaticano II na base leiga e popular da Igreja Católica. Refiro-me especialmente às mulheres e homens participantes de círculos

bíblicos e comunidades eclesiais de base. A linguagem dessas pessoas, em profunda interação com a sua prática, mostra como elas fizeram e fazem o espírito do Concílio encarnar-se, tornar-se vida. O interessante é que não há linguagem popular no Concílio Vaticano II. Sabemos que seus dezesseis documentos se fizeram numa linguagem teórica, abstrata, erudita. O discurso da fé ali foi formulado em meio aos conflitos entre o dogmatismo da

neo-escolástica e a nova teologia. Mas formulou-se uma teologia em perspectiva existencial, hermenêutica e dialógica, com centralidade na Palavra de Deus. Nesta perspectiva, o Concílio fez uma virada antropocêntrica. O centro das atenções da Igreja deixou de ser ela mesma enquanto instituição de poder, deixou de ser uma doutrina sem vida; passou a ser a pessoa humana na sua completude, situada no mundo moderno, com todas as

suas relações e com sua realidade cultural. Na América Latina, essa virada encontrou um espaço especialmente favorável. A partir das Conferências de Medellín<sup>1</sup> e de Puebla<sup>2</sup> e com a Teologia da Libertação<sup>3</sup>, concretizou-se o modo de ser Igreja Povo de Deus, em relação mais circular que piramidal, no exercício da cidadania eclesial a partir do batismo, no profetismo, na opção pelos pobres como sujeitos da sua libertação integral. O protagonismo da base leiga e popular da Igreja, através de sua participação grupal e comunitária, passou a aparecer no “fluxo da corrente verbal”, como apresenta o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin. Ali está o processo de conscientização e engajamento na *práxis* que transforma as injustiças da sociedade. Dentro da tomada da Palavra divina, a tomada da palavra humana faz maravilhas.

**1 Documento de Medellín:** em 1968, na esteira do Concílio Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*, realiza-se, na cidade de Medellín, Colômbia, a II Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano que dá origem ao importante documento que passou a ser chamado o Documento de Medellín. Nele se expressa a clara opção pelos pobres da Igreja Latino-Americana. A conferência foi aberta pessoalmente pelo papa Paulo VI. Era a primeira vez que um papa visitava a América Latina. (Nota da IHU On-Line)

**2 Conferência de Puebla:** a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla de los Angeles, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Os bispos afirmam optar por uma “Igreja-sacramento de comunhão”, que “oferece energias incomparáveis para promover a reconciliação e a unidade solidária dos nossos povos”; uma “Igreja servidora”, “que prolonga no decorrer dos tempos o Cristo-Servo de Javé através dos diversos ministérios e carismas”; uma “Igreja missionária”, “que anuncia alegremente ao homem de hoje que ele é filho de Deus em Cristo”. (Nota da IHU On-Line)

**3 Teologia da Libertação:** escola importante na teologia da Igreja Católica, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A Teologia da Libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da IHU On-Line, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista IHU On-Line, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSVYTO>. (Nota da IHU On-Line)

### IHU On-Line – O que a senhora entende por “pensamento mítico” e “linguagem popular” aplicados ao Vaticano II?

**Maria Cecilia Domezi** – Justamente, essa tomada da Palavra se faz por criativos malabarismos, nos dinamismos da cultura popular brasileira. É sobre a herança da tradição bíblica oral que os membros das CEBs e dos círculos bíblicos constroem e reconstruem continuamente a sua enunciação. Aproveitando os “pedaços” que podem alcançar, das formulações do Vaticano II, da Teologia da Libertação, de projetos de nova sociedade, de discursos socialistas e de outras fontes, operam por bricolagens, sínteses, articulações, adaptações, atualizações. Desse modo constroem narrativas tão coerentes que nos deixam maravilhados. O que esses sujeitos eclesiais e sociais fazem é a interação entre o catolicismo tradicional popular e o novo jeito de ser Igreja, entre a visão mítica do mundo e a consciência histórica. O pensamento mítico tem a ver com a visão do mundo e da vida a partir do sagrado. Tem a ver com o modo das “histórias de quando Deus andou no mundo”, no catolicismo de devoção aos santos protetores. Pois bem, esse modo de compreensão é caminho indispensável para a nova consciência da realidade histórica. A compreensão mítica de “destino traçado por Deus”, por exemplo, é base para a nova compreensão e atuação como sujeito histórico. A tradição continua a valer, recriada através de uma nova identidade religiosa. É assim que a linguagem do Concílio Vaticano II aparece na linguagem dessas pessoas da base da Igreja. Quando dizem, por exemplo, “Povo de Deus”, “projeto de Deus”, sua enunciação vem de todo um processo da linguagem do vivido e do compartilhado, linguagem viva e operante, contagiante, recriadora e transformadora.

### IHU On-Line – Que análise estrutural pode ser feita da Constituição *Gaudium et Spes*?

**Maria Cecilia Domezi** – Este é o documento conciliar que mais expressa a virada da Igreja na priorização do ser humano. Ali estão os ideais humanistas para o cultivo da “pessoa humana integral”, com todos os seus valo-

res. Ali está a chamada aos membros da Igreja para apurar a sensibilidade e “auscultar” as novas necessidades das pessoas. Também na relação com os diferentes de nós. A união se faz buscando perceber o modo de pensar e sentir dessas pessoas (podem-se conferir os números 61 e 62). Nesta ênfase, podemos lembrar, entre muitos outros, o carisma e a atuação do arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, de santa memória. O “outro”, para ele, era sempre um ser humano de rosto bem definido, um ser humano situado, que ele tratava com o mesmo carinho com que tratava os “iguais”, ou seja, os membros da sua Igreja. O outro, a outra, era a pessoa em situação de rua, a pessoa de outra cultura, de outra religião, de outra cosmologia. Dom Luciano<sup>4</sup> viveu como irmão do “outro” e irmão de todos e todas. Mas, junto com a priorização do ser humano, a *Gaudium et Spes* opta por reconhecer e respeitar a autonomia das realidades temporais, ou seja, as realidades desta vida, as realidades históricas e materiais (ver o número 36). Junta-se a virada eclesiológica do Concílio, fazendo a Igreja passar à autocompreensão como Povo de Deus e servidora da humanidade. A perspectiva está lançada para a caminhada da Igreja na América Latina, com todo o protagonismo da sua base leiga e popular. Nesta base, as culturas são *lôcus* importante para a construção das narrativas do povo, portadoras da nova mensagem. Linguagem e *práxis* transformadora não se desvinculam, mas estão em interação, assim como religião e política, fé e vida, oração e ação.

**4 Dom Luciano Mendes de Almeida** (1930-2006): padre jesuíta, arcebispo de Mariana, e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dele, a IHU On-Line publicou uma entrevista na 24ª edição, de 01-07-2002, por ocasião de sua participação no Simpósio Nacional Bem Comum e Solidariedade, promovido pelo IHU em junho de 2002, um artigo na 85ª edição, de 24-11-2003, e outro artigo na 95ª edição, de 5-04-2004. Por ocasião de seu falecimento, em 27-08-2006, o site do IHU, [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), ofereceu ampla repercussão sobre sua vida e trajetória. Para conferir detalhes, acesse as Notícias Diárias de 28-08-2006. Em 03-09-2007 publicamos uma entrevista especial com Dom Pedro Luiz Stringhini, intitulada “O leilão da Vale não foi ético, dizia D. Luciano Mendes de Almeida”. (Nota da IHU On-Line)

**IHU On-Line – Tendo em conta suas pesquisas acerca da pluralidade de formas do catolicismo brasileiro, em especial as Comunidades Eclesiais de Base, qual a utilidade que a hermenêutica da *Gaudium et Spes* pode oferecer às CEBs e à prática do método Ver-Julgar-Agir?**

**Maria Cecilia Domezi** – A propósito dessa pluralidade de formas do catolicismo brasileiro, temos que considerar também o que se pode chamar de “não lugar”, o não definido, a fronteira, o recurso à ambiguidade.

Costumo lembrar o achado da imagem de Nossa Senhora da Conceição, em 1717. Era uma imagem pequena, quebrada e enegrecida pelo lodo do fundo do rio Paraíba do Sul. O povo sofredor que vive o catolicismo popular e que não é herege não vai encontrar plausibilidade somente numa ortodoxia estática e distante. Vai ter de recorrer também a uma heterodoxia, na fronteira e na circularidade entre a forma de catolicismo que vive e o magistério oficial. Assim, os pobres reciclam a imagem enquanto signo, colando seus pedaços. Ao mesmo tempo, reciclam a imagem enquanto significado, batizando a Senhora da Conceição oficial como Aparecida, no popular. Recriam a devoção.

Esse processo popular é quase inusitado. Ocorre também com as palavras, os conceitos, a linguagem, o discurso teológico. A *Gaudium et Spes* lhe dá legitimação e inspiração, por sua abertura à pessoa humana situada no mundo real, e principalmente por sua abertura ao universo cultural da pessoa humana, e, portanto, também à cultura popular. E como tudo parte da vida pulsante e a ela retorna, ali está o Ver-Julgar-Agir. Nós, da América Latina e Caribe, o herdamos de nossos irmãos europeus da Ação Católica Especializada, mas ele se tornou nosso método, nosso jeito. Nos círculos bíblicos e nas CEBs, coloca-se “a vida na Bíblia e a Bíblia na vida”. Sempre se parte da vida e se retorna à vida, porque o Reino de Deus já começa aqui e se plenifica na escatologia.

A *Gaudium et Spes* já começa dizendo que as “alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são

também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração”. Então, é preciso “auscultar” os sinais dos tempos, como dizia o papa João XXIII<sup>5</sup>. É preciso diagnosticar a realidade, julgá-la à luz do Evangelho e transformar o que nela é estruturalmente injusto. Mesmo não usando termos como “método dedutivo”, as leigas e os leigos da base viva da Igreja praticam essa hermenêutica.

### O retorno do método Ver-Julgar-Agir

Na Conferência de Aparecida<sup>6</sup>, em 2007, foi preciso uma grande e perseverante insistência para que se fizesse um retorno a esse método, já que ele havia sido rechaçado na Conferência de Santo Domingo<sup>7</sup>, em 1992.

<sup>5</sup> **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi declarado beato por João Paulo II em 2000. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> **Conferência de Aparecida:** V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, ou Conferência de Aparecida, foi inaugurada pelo Papa Bento XVI, em Aparecida, no dia 13 de maio e encerrou no dia 31 de maio de 2007. O tema da Quinta Conferência foi: “Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”, inspirado na passagem do Evangelho de João que narra “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). Sobre essa Conferência leia a edição 224 da revista **IHU On-Line**, de 20-06-2047, intitulada *Os rumos da Igreja na América Latina a partir de Aparecida. Uma análise do Documento Final da V Conferência* e disponível em <http://bit.ly/gGmpe4>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> **Conferência de Santo Domingo:** Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana, no período de 12 a 28 de outubro de 1992. João Paulo II a convocou oficialmente no dia 12 de dezembro de 1990, estabelecendo como tema: “Nova evangelização, Promoção humana, Cultura cristã”, sob o lema: “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre” (Hb 13,8). marcava-se no contexto da celebração dos 500 anos do início da evangelização no Novo Mundo. Ela teria três objetivos: celebrar Jesus Cristo, ou seja, a fé e a mensagem do Senhor crucificado e ressuscitado; prosseguir e aprofundar as orientações de Medellín e Puebla; definir uma nova estratégia de evangelização para os próximos anos, respondendo aos desafios do tempo. (Nota da IHU On-Line)

O Ver-Julgar-Agir voltou a ser adotado e legitimado pelo magistério da Igreja latino-americana e caribenha, o que foi um resgate fundamental da tradição recente desta Igreja Local. Porém, o episcopado ainda teve dificuldade de por em prática os ensinamentos da *Gaudium et Spes*, porque não reconheceu a autonomia das realidades temporais. Se reconhecesse os valores da realidade histórica do nosso Continente, a realidade econômica, política, social, ideológica, cultural, humana, já começaria a primeira parte do documento de Aparecida fazendo um diagnóstico dela. Deixaria a realidade falar e faria análise dela com ajuda de cientistas humanos e sociais. Mas não, o documento final dessa V Conferência começa por um capítulo introdutório, que parece tentar espiritualizar a realidade. Mas valeu muito o esforço.

### IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

**Maria Cecilia Domezi** – Talvez seja importante ressaltar o valor da “roda de conversa” nas bases das nossas Igrejas, não só a católica romana, mas também as ortodoxas e as protestantes ou evangélicas. A massificação dificulta o ser Igreja, porque impede o ser comunidade. Ao contrário, os pequenos círculos ou grupos e as pequenas comunidades, principalmente quando atuam em rede, possibilitam as relações intersubjetivas e esse maravilhoso processo de conscientização e engajamento na *práxis* de transformação da sociedade, do qual falamos.

Pensando em Bakhtin e na linguagem do Concílio Vaticano II, podemos dizer que na roda de conversa acontece o fluxo vivo e crescente da comunicação verbal. Ali cada pessoa pode mergulhar na corrente dinâmica da enunciação. A enunciação faz a pessoa despertar sua consciência. Sua consciência começa a operar. A pessoa comunica para os outros em palavras. Cada um dos outros descodifica essa palavra enunciada e faz nova codificação, em forma de réplica. Está aí o potencial para uma revolução humanitária, em prol da justiça e da paz.

# A semiótica greimasiana e a construção de sentido da *Gaudium et Spes*

Sueli Maria Ramos da Silva fala sobre os mecanismos de construção do sentido da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, analisando o conteúdo temático do texto segundo as relações estabelecidas pela Igreja Católica com o mundo e a sociedade em que ela atua

POR GRAZIELA WOLFART

“Desde a encíclica *Rerum Novarum*, que pode ser considerada a primeira etapa do ensinamento social da igreja, passamos a presenciar o pronunciamento frequente da Igreja Católica a respeito da economia e das questões sociais. Verificamos a presença do *éthos* de um intelectual cristão, consciente dos problemas sociais, que modula sua voz por meio de um tom instrucional”. A análise é da professora Sueli Maria Ramos da Silva, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**. E ela continua sua reflexão sobre o *éthos* da doutrina social da Igreja Católica: “a referência à Sagrada Escritura institui-se como verdade inquestionável. A postura professoral diante do coenunciador institui a imagem de um enunciadador preocupado com a realidade econô-

mica e a dignidade da pessoa humana, o que caracteriza a imagem de um *éthos* professoral disposto a ensinar e conscientizar o seu coenunciário diante dos problemas sociais”.

Sueli Maria Ramos da Silva é professora do programa de mestrado em Letras e Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde – Unincor, de Três Corações-MG. É doutora em Semiótica e Linguística Geral, pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em Linguística e graduação em Letras nas habilitações de Português e Linguística pela mesma instituição. Ela participará esta semana do evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico” ministrando a palestra “As constituições do Vaticano II: o *éthos* da doutrina social da Igreja”.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que a senhora trará ao falar sobre o tema “As constituições do Vaticano II: o *éthos* da doutrina social da Igreja”?**

**Sueli Maria Ramos da Silva** – Tomando para este estudo o discurso de divulgação religiosa, a fim de identificar o *éthos* característico do sujeito divulgador católico, este trabalho busca especificamente depreender mecanismos de construção do sentido da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, documento promulgado pelo Concílio Vaticano II, em 7 de dezembro de 1965. Com base na fundamen-

tação teórica oferecida pela semiótica greimasiana<sup>1</sup> e pela análise do discurso, de linha francesa, é então cotejado o conteúdo temático do texto referido, segundo as relações estabelecidas pela Igreja Católica com o mundo e a sociedade em que ela atua.

**IHU On-Line – O que a senhora entende por *éthos*?**

<sup>1</sup> Algirdas Julius Greimas (1917-1992) linguista lituano, de origem russa, que contribuiu para a teoria da semiótica e da narratologia, além de ter prosseguido diversas pesquisas sobre mitologia lituana. (Nota da IHU On-Line)

**Sueli Maria Ramos da Silva** – Estilo é visto como um conjunto de traços particulares, recorrentes do plano do conteúdo ou da expressão, que produzem um efeito de sentido de identidade, por meio dos quais se determina a singularidade e especificidade de um autor, de uma época, etc. Esses traços configuram o *éthos* discursivo, uma imagem do enunciadador, identificada por meio de um tom, uma voz, um caráter e uma corporalidade específicos.

**IHU On-Line – Qual seria o *éthos* da doutrina social da Igreja?**

**Sueli Maria Ramos da Silva** – Desde a encíclica *Rerum Novarum*<sup>2</sup>, que pode ser considerada a primeira etapa do ensinamento social da igreja, passamos a presenciar o pronunciamento frequente da Igreja Católica a respeito da economia e das questões sociais. Verificamos a presença do *éthos* de um intelectual cristão, consciente dos problemas sociais, que modula sua voz por meio de um tom instrucional. A referência à Sagrada Escritura institui-se como verdade inquestionável. A postura professoral diante do coenunciador institui a imagem de um enunciador preocupado com a realidade econômica e a dignidade da pessoa humana, o que caracteriza a imagem de um *éthos* professoral disposto a ensinar e conscientizar o seu coenunciário diante dos problemas sociais.

**IHU On-Line – O que pode ser dito sobre o discurso de divulgação religiosa do Concílio Vaticano II? Em que consiste sua mensagem a partir da perspectiva semiótica e retórica?**

**Sueli Maria Ramos da Silva** – O sujeito da enunciação é considerado um sujeito realizador de um programa de construção de um objeto de valor cognitivo: a Constituição Pastoral. Os valores católicos de missão individual e social a que a Igreja está chamada a realizar no mundo são veiculados por esse objeto-discurso e comunicados ao sujeito da enunciação (co-

<sup>2</sup> *Rerum Novarum*: primeira encíclica pontifícia que aborda os problemas sociais, publicada no dia 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII. O título pode ser traduzido por “Das coisas novas”. O subtítulo da encíclica é: “Sobre a condição de vida dos operários”. (Nota da IHU On-Line)

## “A exposição da matéria de fé e moral deve ser executada e praticada pelos membros da formação discursiva considerada”

mentador) pelo destinador-manipulador (formação discursiva católica). O sujeito da enunciação (membros do Concílio Vaticano II e o Papa Paulo VI, dado o poder e autoridade de Pontífice Universal, como máxima autoridade da Igreja Católica), tem seu fazer reconhecido: a exposição da matéria de fé e moral deve ser executada e praticada pelos membros da formação discursiva considerada.

**IHU On-Line – O que compõe o espaço discursivo de divulgação no campo religioso e científico católico? Qual a contribuição do Vaticano II nesse sentido?**

**Sueli Maria Ramos da Silva** – Ao operar com a revelação dos saberes a respeito do conteúdo da fé católica, o discurso busca a adesão do enunciatário por meio da manipulação executada pela modelização deônti-

ca do dever fazer (prescrição). Dessa forma, o modo próprio do enunciador desse discurso busca a adesão de sua imagem pelo enunciatário a ele pressuposto, que deve, por conseguinte, partilhar das crenças e valores propostos por esse enunciado. Com base nesses pressupostos, os resultados de nossa análise incidem na caracterização desse espaço discursivo como uma divulgação definida segundo os parâmetros da “ciência da religião”, o que projeta o papel específico do *éthos* do enunciador, orientado por meio de um tom de voz próprio à cena enunciativa pressuposta.

**IHU On-Line – Como se caracteriza o *éthos* do sujeito divulgador católico?**

**Sueli Maria Ramos da Silva** – A formação discursiva, como sistema de crenças e aspirações, fundado em figuras e temas de determinado discurso, e a escolha de temas relativos à gramática da língua refletem na incorporação do *éthos* de um “intelectual cristão”, apresentado por meio de uma entonação discursiva peculiar.

**IHU On-Line – Do ponto de vista da linguística, qual o impacto da autorização do Vaticano II para que as missas que antes eram celebradas em latim passassem a ser celebradas na língua do próprio país?**

**Sueli Maria Ramos da Silva** – Do ponto de vista da linguística essa modificação reflete na própria estrutura da *práxis* do ritual sagrado, na gestualidade e postura participativa e contemplativa do fiel perante a missa. A mudança da língua latina para a língua do próprio país altera toda a *práxis*, assim como o *éthos* desse enunciador.

LEIA OS CADERNOS IHU  
NO SITE DO IHU  
WWW.IHU.UNISINOS.BR

# *Unitatis Redintegratio*. A enunciação como resposta que solicita uma resposta

Para Carlos Alberto Faraco, o decreto conciliar sobre o ecumenismo enfatiza a importância de se enfrentar a questão da unidade e deixa claro seu reconhecimento de que as dificuldades são muitas

POR GRAZIELA WOLFART

**N**a concepção do linguista Carlos Alberto Faraco, o decreto *Unitatis Redintegratio* redefiniu algumas atitudes tradicionais de Roma em relação às outras Igrejas Cristãs, uma abertura generosa ao diálogo e à prática ecumênica. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele explica que o decreto “exorta a uma prática ecumênica prudente, baseada na remoção de barreiras e no estímulo ao que é factível nestes primeiros momentos: conversão do coração, conhecimento e respeito, orações em conjunto, ações sociais em conjunto e uma reiteração sempre positiva dos aspectos que aproximam, evitando um espírito polêmico”.

Carlos Alberto Faraco é graduado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, mestre em linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Uni-

camp e doutor na mesma área pela Universidade de Salford, Inglaterra, com a tese *The Imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical analysis*. É pós-doutor pela Universidade da Califórnia e professor emérito da Universidade Federal do Paraná – UFPR. De sua produção bibliográfica, citamos *Linguagem escrita e alfabetização* (São Paulo: Contexto, 2012); *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin* (São Paulo: Parábola, 2009), *Norma culta brasileira: desatando alguns nós* (São Paulo: Parábola Editorial, 2008) e *Português: língua e cultura* (Curitiba: Base Editora, 2004). Ele participará esta semana do evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico” ministrando a palestra “Hereges ou irmãos? O diálogo do Vaticano II com as Igrejas Cristãs”.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que o senhor trará ao falar sobre o tema “Hereges ou irmãos? O diálogo do Vaticano II com as Igrejas Cristãs”?**

**Carlos Faraco** – Vou basicamente analisar os termos do decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*. Mostrarei como ele redefiniu algumas atitudes tradicionais de Roma em relação às outras Igrejas Cristãs, uma abertura generosa ao diálogo e à prática ecumênica. E, ao mesmo tempo, mostrarei as dificuldades que o decreto revela como efeitos do fato de Roma se considerar a única portadora da plenitude da verdade e da fé. Vou tentar analisar

os aspectos enunciativos que explicitam essas dificuldades.

**IHU On-Line – Que definição o senhor apresentará de “hereges” e de “irmãos”?**

**Carlos Faraco** – Não se trata de definir. Apenas tomei o termo que tradicionalmente o discurso romano usou para se referir aos cristãos que divergiram de Roma. “Hereges” (para os cristãos oriundos da Reforma) e “cismáticos” para os cristãos orientais. O *Unitatis Redintegratio* descarta estes termos e assume o discurso da fraternidade de toda a família de Cristo. Acredito que tenha

havido aí uma substantiva mudança de atitude, criando condições para o ecumenismo.

**IHU On-Line – Do ponto de vista da semântica, como se constitui o decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o ecumenismo?**

**Carlos Faraco** – O decreto tem como interlocutores imediatos não os cristãos em geral, mas os católicos. Contém, assim, diretrizes para o exercício do ecumenismo de dentro para fora, digamos assim. O texto enfatiza as semelhanças de Roma com as Igrejas Orientais e não minimiza as diferenças que há entre Roma e todas as Igre-

jas oriundas da Reforma. Mesmo aqui, no entanto, busca enfatizar o que as aproxima. Por fim, o decreto tem oito eixos norteadores da prática ecumênica, desde o chamado a uma conversão do coração para o ecumenismo até a formação teológica ecumenicamente informada e inspirada, passando pela importância do conhecimento mútuo e do chamado ecumenismo espiritual (o convívio em oração) e de obras (ações sociais conjuntas).

**IHU On-Line – Como se constituem e quem são os sujeitos que escreveram e a que se destina a *Unitatis Redintegratio*?**

**Carlos Faraco** – O que se nota é que os redatores do decreto eram teólogos bastante sofisticados, capazes de formular um discurso positivo mesmo diante das inúmeras dificuldades que recobrem o tema da unidade dos cristãos. Pelo que se sabe dos debates de versões prévias do decreto, havia propostas mais avançadas, mas que foram restringidas na versão final por interferência do próprio Papa Paulo VI, o que decepcionou, em parte, os observadores do protestantismo.

**IHU On-Line – Qual a importância de conhecer o contexto histórico**

**e todo o processo de elaboração do decreto para uma melhor compreensão de seu conteúdo?**

**Carlos Faraco** – Penso que conhecer o contexto histórico esclarece tanto os grandes avanços contidos no texto (dentro do propósito geral do Vaticano II de dialogar com a consciência contemporânea e de realizar o *aggiornamento* da Igreja Católica), como as não poucas dificuldades de acomodar os diferentes.

**IHU On-Line – Como pode ser caracterizado o discurso de comunhão entre os cristãos de modo geral?**

**Carlos Faraco** – O decreto enfatiza a importância de se enfrentar a questão da unidade. Deixa claro seu reconhecimento de que as dificuldades são muitas. No entanto, não vê que estas sejam um impedimento absoluto ao diálogo. Por isso, exorta a uma prática ecumênica prudente, baseada na remoção de barreiras e no estímulo ao que é factível nestes primeiros momentos: conversão do coração, conhecimento e respeito, orações em conjunto, ações sociais em conjunto e uma reiteração sempre positiva dos aspectos que aproximam, evitando um espírito polêmico.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?**

**Carlos Faraco** – Minha análise do texto é, primordialmente, a de um linguista e não a de um teólogo (o que não sou). É uma discussão fundamentalmente acadêmica, sem esconder, porém, que a aproximação ao texto é de quem olha Roma de fora, a partir de um substrato anglicano. O evento assume que o Vaticano II foi um evento dialógico e, por isso, se propõe também como um evento dialógico. Por isso, minha principal referência teórica para a análise é o pensamento de Bakhtin, que compreendia toda a enunciação como resposta que solicita uma resposta.

## Leia mais...

>> Carlos Alberto Faraco já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Os livros didáticos e a necessidade de ampliar a experiência do letramento*. Publicada na edição número 363, de 30-05-2011, disponível em <http://bit.ly/mR7qMg>

# LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

## NO SITE DO IHU

### WWW.IHU.UNISINOS.BR

# A Igreja e a juventude antes e depois do Vaticano II

Paulo Dalla-Déa destaca que o Concílio Vaticano II não partiu da postura defensiva e desconfiada. Incentivou os jovens a participar e a dar sua contribuição na Igreja

POR GRAZIELA WOLFART

**N**a concepção do pesquisador Paulo Fernando Dalla-Déa, os jovens têm muito a dizer hoje à Igreja. E depois do Vaticano II, eles passaram a ter cidadania eclesial: “são membros das comunidades e não dependem de uma tutela explícita, como muitos falam e querem. E foi o Concílio que assumiu a responsabilidade de dar vez e voz para a juventude na Igreja, de forma oficial e permanente”. Esta e outras afirmações foram feitas na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, onde defende que, sem o Vaticano II, a Igreja não teria olhado e dado chance aos novos protagonistas da história: jovens, mulheres, operários, etc. “Estaríamos com o discurso do enfrentamento do mundo, numa Igreja que se considera o último bastião da salvação e da moralidade. O Concílio tem uma visão positiva desses novos atores

sociais e da sociedade. Muitos dizem que era uma visão ingênua, mas sem essa visão positiva, você não consegue trabalhar com nada e com ninguém”.

Paulo Fernando Dalla-Déa é doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia e mestre em teologia pastoral pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI. É pesquisador do Grupo de Gêneros do Discurso – GEDE, do Departamento de Letras da UFSCAR/SP. Fez estágio pós-doutoral na Université Laval (Quebec), este ano, na área de Ciências da Religião, sobre as expectativas dos adolescentes urbanos com relação à Igreja Católica. Ele participará esta semana do evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico” ministrando a palestra “O Vaticano II e a juventude”.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que o senhor trará ao falar sobre o tema “O Vaticano II e a juventude”?**

**Paulo Dalla-Déa** – Quero mostrar como a Igreja (por seus discursos oficiais) vê a juventude, antes e depois do Vaticano II. Houve uma evolução, mas ainda falta muito para refletir e fazer. A Igreja ainda fala muito e escuta pouco. É preconceito: os jovens têm muito a dizer hoje à Igreja. Mas, depois do Vaticano II, eles têm cidadania eclesial: são membros das comunidades e não dependem de uma

tutela explícita, como muitos falam e querem. E foi o Concílio que assumiu a responsabilidade de dar vez e voz para a juventude na Igreja, de forma oficial e permanente.

**IHU On-Line – Quais as principais expectativas dos adolescentes urbanos contemporâneos com relação à Igreja Católica?**

**Paulo Dalla-Déa** – A grande expectativa deles é ter um espaço e poder se manifestar dentro das comunidades. Vi isso quando fiz meu doutorado e perguntei o que eles

esperavam da(s) Igreja(s). O que eu ouvi foi muito disso: temos uma Igreja engessada (no ritual, no discurso, nos dogmas, nas pastorais) e eles querem é mais flexibilidade e participação. Eu achava que eles iriam dizer algo como queremos música, dança, etc. Sem o essencial, o resto é só manipulação. E eles sabem disso. Você conhece aquela música que diz que “o jovem no Brasil não é levado a sério”? Pois é, nem na Igreja. Muitos acreditam que o jovem não pode e nem deve se manifestar sem a presença de um adulto. Sem ser tu-

telado. Os documentos dizem outra coisa, tanto os documentos mundiais como nacionais, mas eles não chegam à realidade de nossas comunidades católicas. A maioria dos nossos leigos atuantes pouco leem os documentos oficiais ou estudam a teologia. A teologia que muitos conhecem é a do vigário que prega contra ou a favor disso ou daquilo. Ou a teologia pregada por padres midiáticos, que tem um viés bem conservador e alarmista. Claro que muita coisa mudou e está melhorando, mas os jovens continuam sem espaço de opinião e manifestação dentro das comunidades, com raras exceções. E o que eles querem é isto mesmo: um espaço de convivência e de fé em que possam ser jovens. Encontrei esse mesmo problema de esperar espaço de participação na Igreja Anglicana. Então, parece que não é um problema apenas católico, mas de igrejas de perfil mais tradicional, com um viés mais conservador, que, no caso, se traduz por uma desconfiança na juventude.

**IHU On-Line – Como o Vaticano II contribuiu para a visão de Igreja que os jovens possuem hoje?**

**Paulo Dalla-Déa** – Sem o Vaticano II a Igreja não teria olhado e dado chance aos novos protagonistas da história: jovens, mulheres, operários, etc. Estaríamos com o discurso do enfrentamento do mundo, numa Igreja que se considera o último bastião da salvação e da moralidade. O Concílio tem uma visão positiva desses novos atores sociais e da sociedade. Muitos dizem que era uma visão ingênua, mas sem essa visão positiva, você não consegue trabalhar com nada e com ninguém. Só a partir dela é que se consegue fazer algo. Foi assim, com Cirilo e Metódio, evangelizando os eslavos, foi assim com Matteo Ricci<sup>1</sup>

<sup>1</sup> **Matteo Ricci** (1552-1610): missionário que viveu já em sua época os princípios básicos do Vaticano II, especialmente a inculturação e o diálogo inter-religioso. Depois de estudar direito em Roma, entrou na Companhia de Jesus, em 1571. Durante sua formação, interessou-se também por várias matérias científicas, como matemática, cosmologia e astro-

“A importância do Vaticano II está sendo restaurada pelo Papa Francisco, que é mais sóbrio, tem uma palavra mais fresca e simpática e que valoriza as pessoas”

na China, foi assim com os jesuítas nas missões da América Latina. Sem uma visão de aproximação positiva, nem estaríamos aqui falando sobre isso.

**IHU On-Line – Qual a especificidade do discurso religioso do Vaticano II no que se refere à mensagem direcionada aos jovens?**

**Paulo Dalla-Déa** – Creio que mais do que conceitos, aqui vale a postura: o Concílio não partiu da postura defensiva e desconfiada. Incentivou os jovens a participar e a dar sua contribuição na Igreja. Eles são até convidados a fazer apostolado (termo da época): são missionários mes-

nomia. Em 1577, pediu para ser enviado às missões no Leste da Ásia e, aos 24 de março de 1578, embarcava em Lisboa, chegando a Goa, capital das Índias Portuguesas, aos 13 de setembro do mesmo ano. Alguns meses depois, foi destinado para Macao, a fim de preparar sua entrada na China. Confirma a entrevista realizada pela IHU On-Line com Nicolas Standaert, intitulada *O “caminho chinês”*. *A contribuição da China para o mundo*, disponível em <http://migre.me/11Vn3>. Confirma a edição especial da IHU On-Line intitulada *Matteo Ricci no Império do Meio. Sob o signo da amizade*, publicada em 18-10-2010, disponível em <http://bit.ly/9oOler>. (Nota da IHU On-Line)

mo antes de amadurecer totalmente como pessoas e como cristãos. Aqui está a novidade: a confiança de que o Espírito Santo age em todos os batizados, não só no clero. (*Apostolicam Actuositatem*, números 9, 12, 30 e 33). Isso parece pouco, mas muda tudo.

**IHU On-Line – Gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?**

**Paulo Dalla-Déa** – Creio que a importância do Vaticano II está sendo restaurada pelo Papa Francisco, que é mais sóbrio, tem uma palavra mais fresca e simpática e que valoriza as pessoas. Tem um estilo e um discurso diferentes de Bento XVI. Mas torço, rezo e espero que isso não seja só discurso e nem apenas estilo pessoal: precisamos de uma Igreja menos monárquica, menos centralizadora e menos absolutista. Mais voltada para valores democráticos e evangélicos. Não um ou outro, mais os dois: evangélicos e democráticos. Atualmente sofremos o peso de uma Igreja paquidérmica: muita instituição, muitos departamentos e dicastérios, muitos rituais, muito tudo. Precisamos de uma estrutura mais leve, porque um elefante dança, mas a que peso e a que custo? O Vaticano II nos colocou em uma dinâmica nova, de colegialidade e de mais respeito. O Vaticano II soube escutar as vozes dos novos atores sociais e eclesiais. Hoje, precisamos escutar e dinamizar essa visão. Temos ainda outros atores que foram surgindo, novas demandas nas comunidades eclesiais por todo o mundo. Retomar ao conteúdo e à prática do Concílio é ouvir com respeito todas essas vozes e saber que a unidade da Igreja não se faz na uniformidade, mas na beleza de uma polifonia regida na caridade do respeito das identidades diferentes. Permita-me citar Ítalo Calvino, que nas demandas para um novo milênio nos lembrava da leveza. É dessa leveza do Evangelho que o Concílio nos fala e nos impulsiona.

# A história humana como o lugar permanente da revelação divina

Ao analisar o complexo processo de redação da Constituição *Dei Verbum*, o professor Pedro Lima Vasconcellos destaca que ela acaba por consagrar uma compreensão teológica do modo de Deus revelar-se e este modo é o modo da história

POR GRAZIELA WOLFART

**N**a concepção do professor Pedro Lima Vasconcellos, Deus se revela, no entendimento da Constituição *Dei Verbum*, do Concílio Vaticano II, não à margem da história humana, mas no interior dela. “Mais ainda: não se revela de maneira pontual (...), mas a história humana é o lugar da revelação divina de forma permanente. Não há outro modo de Deus de comunicar à humanidade, senão por dentro da história humana, mergulhado nela. E disso a Sagrada Escritura é testemunha. Essa compreensão de revelação na história humana, de Deus fazendo história na história humana, é algo que foi absolutamente revolucionário. E para que se chegasse ao reconhecimento disso é que o caminho para a redação da *Dei Verbum* acabou sendo tão complicado e difícil, mas ao final bastante bem sucedido”. Na entrevista que concedeu por telefone para a **IHU On-Line**, ele afirma que a novidade deste documento foi a percepção de que Deus continuamente se revela de maneira nova na história humana, em diálogo com as demandas, vicissitudes e aventuras humanas na história. “A revelação divina não é um baú de verdades prontas, acabadas,

imutáveis e de maneira inacessível. Isso não condiz com o espírito com que Deus se revela à humanidade. A novidade está na própria concepção de revelação e no modo como essa revelação é comunicada da parte de Deus e captada no interior da história humana”.

Pedro Lima Vasconcellos possui Bacharelado em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, Licenciatura em Filosofia pelas Faculdades Associadas do Ipiranga, mestrado em Teologia: Missiologia pela Associação São Paulo de Estudos Superiores do Instituto Teológico São Paulo, mestrado em Ciências da Religião: Bíblia pela Universidade Metodista de São Paulo, doutorado em Ciências Sociais: Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Livre-Docência em Ciências da Religião pela mesma instituição. Atualmente, é professor da Universidade Federal de Alagoas. Ele participará esta semana do evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico” ministrando a palestra “Revelação na história e em diálogos: o processo complexo de redação da *Dei Verbum*”

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que o senhor trará ao falar sobre o tema “Revelação na história e em diálogos: o processo complexo de redação da *Dei Verbum*”?**

**1 Dei Verbum: Revelação Divina.** É uma constituição dogmática em forma de bula pontifícia e é um dos principais documentos do Concílio Vaticano II. É designada “constituição dogmática” por conter e tratar “matéria de fé”. De fato, o seu conteúdo aborda o delicado e com-

**Pedro Lima Vasconcellos –** São dois aspectos. O primeiro diz respeito à história da escrita desse documento, que foi extremamente demorada e complexa. O documento é pequeno, mas durou praticamente todo o tempo do Concílio Vaticano II para que ele fosse escrito, ou seja, três anos e quatro sessões. O outro aspecto diz

plexo problema da relação entre as Sagradas Escrituras e a Tradição. (Nota da **IHU On-Line**)

respeito ao próprio conteúdo da constituição *Dei Verbum* que justamente acabou suscitando todo esse processo complicado de redação. Aqui entra o conceito de tradição e transmissão da revelação divina. O que eu pretendo mostrar é que a *Dei Verbum* representou uma mudança importante na compreensão da própria noção de revelação. E isso não foi assumido de uma maneira só, ou em um momento só. Daí, a complexidade de sua redação.

**IHU On-Line – Em que sentido o processo de redação da Constituição *Dei Verbum* pode ser definido como complexo?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – É complexo porque o tema da revelação divina começou a ser discutido antes mesmo que o Concílio se iniciasse. E, tão logo foi iniciado o Concílio, as primeiras discussões a respeito do assunto foram pautadas por um documento produzido pela Cúria Romana, e que não agradou uma maioria significativa dos padres conciliares. O próprio Papa João XXIII teve de intervir nesse momento para dar eco à manifestação de insatisfação da parte dessa maioria.

**IHU On-Line – O que o senhor entende por “história” e “diálogos” nesse contexto e como a revelação divina aparece neles?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – Quanto ao tema do diálogo, o processo de elaboração do documento indica que foi um diálogo tenso, muitas vezes difícil, à beira da ruptura e do impasse, entre os participantes do Concílio, que marcou o que depois haveria de ser o documento *Dei Verbum*. O conceito de história é muito mais decisivo e fundamental do que o enfoque que até agora estamos dando a ele no que diz respeito ao processo de redação do documento, porque a Constituição *Dei Verbum* acaba por consagrar uma compreensão teológica do modo de Deus revelar-se, e este modo é o modo da história. Ou seja, Deus se revela, no entendimento da *Dei Verbum*, não à margem da história humana, mas no interior dela. Mais ainda: não se revela de maneira pontual, como se de vez em quando ele desse uma “passadinha” na história humana mandando um profeta, um emissário ou o próprio filho Jesus, mas a história humana é o lugar da revelação divina de forma permanente. Não há outro modo de Deus de comunicar à humanidade, senão por dentro da história humana, mergulhado nela. E disso a Sagrada Escritura é testemunha. Essa compreensão de revelação na história humana, de Deus fazendo história na história humana, é algo que foi absolutamente revolucionário. E para que se chegasse ao reconhecimento disso é que o caminho para a redação da *Dei Verbum* acabou sendo tão com-

plicado e difícil, mas ao final bastante bem sucedido.

**IHU On-Line – Qual a novidade de que a Constituição *Dei Verbum* trouxe?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – A novidade foi a percepção de que Deus continuamente se revela de maneira nova na história humana, em diálogo com as demandas, vicissitudes e aventuras humanas na história. A revelação divina não é um baú de verdades prontas, acabadas, imutáveis e de maneira inacessível. Isso não condiz com o espírito com que Deus se revela à humanidade. A novidade está na própria concepção de revelação e no modo como essa revelação é comunicada da parte de Deus e captada no interior da história humana.

**IHU On-Line – Como perceber na estrutura linguística da *Dei Verbum* a presença das duas forças que a constituem: tradição e Palavra de Deus?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – Quando se estuda o processo de redação da *Dei Verbum*, em especial os esquemas dos documentos que iam sendo apresentados para discussão dos padres conciliares, não temos muita dificuldade em notar que as mudanças vão acontecendo, aos poucos, de maneira paulatina, seja na troca de um termo por outro, seja na eliminação de alguns subtemas e a substituição deles por outros. Por exemplo, quando o texto trata do Novo Testamento, no primeiro esquema, aquele que haveria de ser rejeitado pelos padres conciliares, falava-se da *autoridade* dos Evangelhos. Já nos esquemas seguintes, até chegarmos à *Dei Verbum* definitiva, em lugar de se falar na autoridade do Evangelho, fala-se da *excelência* do Evangelho. É como se tivéssemos aqui a indicação de que o Evangelho se impõe à consciência do crente, do fiel, por suas qualidades internas, pelo espírito que o anima, e não por uma instituição que a palavra autoridade justamente sugere. A simples análise comparativa dos subtítulos que vão formando os esquemas e depois a *Dei Verbum* na sua forma definitiva mostra essa novidade que o documento comunica.

Um elemento fundamental que aparece na sua pergunta é o conceito

de tradição, que foi objeto de vivíssimos debates. A tendência, até então, era tomar a tradição como um conjunto de verdades recebido pela Igreja e imutavelmente transmitido na sequência das gerações. Pois justamente o que a *Dei Verbum* vai trazer é um conceito dinâmico de tradição, porque a palavra tradição, que vem do latim, significa transmitir, passar adiante. Só passamos adiante aquilo que recebemos, é claro, mas passa-se adiante a partir das novas recepções desse legado. Então, a *Dei Verbum* está muito preocupada em não reproduzir essa concepção imóvel da tradição, mas em fazer entender aquilo que, de acordo com ela, está no próprio espírito do texto bíblico e que se expressa, por exemplo, em um texto como a Carta aos Hebreus: “Deus se revelou de muitos modos à humanidade pelos profetas no passado, e nos últimos dias se revela através do Filho”. Ora, a revelação de Deus aos profetas não é a mesma, no sentido literal, no sentido objetivo, da revelação que se comunica à humanidade por meio do Filho. Há um dinamismo na revelação, que tem a ver tanto com o Deus que se comunica quanto com a humanidade, com o povo cristão, chamado a captar essa revelação.

**IHU On-Line – O que o senhor pode falar sobre o contexto histórico e social em que a Constituição *Dei Verbum* foi escrita e em que sentido esse contexto contribui para a compreensão do texto e sua mensagem?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – Chocam-se aí duas perspectivas que têm a ver com o contexto histórico e cultural em que esse documento foi escrito. Primeiro, é necessário considerar que o ambiente eclesial daquela época – 50 anos atrás – estava profundamente marcado pelo pontificado dos chamados “Papais Pios” (Pio X, Pio XI, Pio XII), que foram papais muito focados em uma postura apologética da Igreja em relação ao mundo moderno, que era visto como a expressão do mal, da descrença, do abandono da herança cristã, um mundo moderno marcado por valores dissociados do cristianismo – segundo o entendimento desses papais – como a liberdade de expressão, a

liberdade de consciência e a liberdade religiosa, e ainda a ameaça comunista e a maçonaria. Esses papas estimularam uma visão segundo a qual o mundo moderno era uma realidade a ser temida e combatida. Essa postura apologética também se voltava contra as correntes protestantes. E esse é um elemento a ser levado em conta. Outro elemento, na linha da renovação, advinha de outros ares também presentes no contexto em que o Concílio Vaticano II foi realizado, que são aqueles que o Papa João XXIII chamou de “sinais dos tempos”, de que a modernidade trazia novas realidades, como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, os movimentos de cunho socialista, em relação aos quais o Papa João XXIII manifestou uma simpatia discreta, mas significativa. Havia forças emergindo naquele cenário e o Papa entendia que a Igreja não poderia ficar enclausurada e insensível a esses reclamos. Poderíamos entender que a redação da *Dei Verbum* e, no final das contas, o próprio transcorrer do Vaticano II como um todo, se explicam à luz do embate entre essas duas perspectivas, que tem a ver com o contexto social e histórico em que o Concílio aconteceu.

#### **IHU On-Line – Que elementos fazem do Concílio Vaticano II um divisor de águas na leitura da Bíblia?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – Na medida em que a revelação divina é entendida como acontecendo na história, por meio dela, no seu interior, o texto bíblico ganha uma vida nova, pois passa a ser visto como expressão situada no tempo, no espaço, na conjuntura dessa captação humana da revelação. O texto bíblico ganha historicidade, ganha enraizamento na história de fé de tantas gerações do povo de Israel e dos primeiros segmentos cristãos. Nesse sentido, ele se torna um parâmetro para guiar a experiência histórica da fé diante dos dilemas colocados pela realidade atual. De tal maneira, não é de se estranhar que a leitura da Bíblia tenha ganhado na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, uma vitalidade tremenda. E nós aqui na América Latina somos testemunhas privilegiadas desse processo. Não só porque

se multiplicaram as edições da Bíblia, mas principalmente porque se buscou um aprofundamento significativo, intenso, no espírito que animou a escrita desse texto. E somos testemunhas aqui de iniciativas no sentido de fazer com que o texto bíblico voltasse a ser não só a alma da Teologia, para falar em um âmbito mais acadêmico, mas o elemento animador da vida de fé do povo de Deus.

#### **IHU On-Line – Basta ver a leitura orante da Bíblia...**

**Pedro Lima Vasconcellos** – Exatamente, a chamada leitura popular da Bíblia, e tantas iniciativas que continuam acontecendo indicando que no âmbito do povo católico a Bíblia tem feito um caminho para vir a ser – ou voltar a ser – uma referência fundamental para a vida de fé. Os padres conciliares foram muito felizes quando reconheceram no espírito da Bíblia essa dimensão da história como lugar da revelação, o modo histórico de Deus revelar-se e o modo histórico de a humanidade poder captar o que vem da parte de Deus. Na América Latina aprendemos a ir, no espírito do Concílio, tratando de levar o que foi possível produzir naquele contexto, a consequências ainda mais radicais e exigentes. Quando o Concílio falou de atendimento ao cenário histórico, o que aqui na América Latina pudemos perceber é que a história é profundamente marcada pelo conflito. E isso tanto a Teologia da Libertação de maneira geral como a leitura popular da Bíblia, de maneira mais específica, souberam salientar. E descobrir que também na Bíblia a história é entendida nessa dinâmica conflitiva.

#### **IHU On-Line – Qual a importância e as implicações do Concílio Vaticano II e do documento conciliar *Dei Verbum* hoje, 50 anos depois de sua realização?**

**Pedro Lima Vasconcellos** – Se essa nossa conversa estivesse acontecendo cinco meses atrás, talvez a minha resposta fosse distinta dessa que vou propor agora, pois estamos vivendo um cenário eclesial absolutamente inusitado nos últimos três meses por conta da eleição do novo Papa, que é alguém absolutamente

afinado com as grandes intuições do Concílio Vaticano II. É sabido que o Papa Bento XVI, já desde o tempo em que era presidente da Congregação para a Doutrina da Fé, no pontificado de João Paulo II, via com reservas, quando não com temor, os desdobramentos que o Concílio Vaticano II estava produzindo na vida da Igreja. Ele tratou de tolher iniciativas de buscas, de procuras, de ensaios que vinham sendo feitos. Aqui na América Latina sentimos de maneira muito pesada a mão forte desse que era o cardeal e depois se tornou o Papa Bento XVI. Com o Papa Francisco estamos em uma nova etapa em que o Concílio Vaticano II nem é colocado sob julgamento ou questionamento, porque ele é fundamentalmente a referência a guiar as novidades e iniciativas que com este Papa vem sendo estimuladas. Basta mencionar a opção pelos pobres que ele deixou muito clara já no início do seu pontificado: “eu quero uma Igreja pobre para os pobres”. Isso é expressão de uma percepção da realidade histórica na qual nos encontramos e do drama que vivem percentuais imensos da população mundial. Essa atenção à história e ao drama humano vividos no tempo e no espaço, a meu ver, são, de um lado, herança e instituição fundamental do Concílio Vaticano II e, por outro, o Papa Francisco se vê na incumbência de recuperar, na medida em que os últimos anos foram anos de retrocesso a posições anteriores àquelas que depois o Vaticano II propôs.

## Leia mais...

>> Pedro Lima Vasconcellos já

concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**. Confira:

- *Os fundamentalismos são filhos da modernidade?* Publicada na edição número 407, de 05-11-2012, disponível em <http://bit.ly/U4u4Eg>

# A alteridade da vida que constitui as vozes humanas

Daniel Stosiek reflete sobre o cristianismo como sendo constituído na alteridade e como o Concílio Vaticano II foi um movimento que se abriu ao diálogo, o que influenciou no surgimento da teologia da libertação e também incentivou movimentos indígenas

POR GRAZIELA WOLFART

**P**ara o pesquisador Daniel Stosiek, “enquanto uma teologia imperial vê Deus e o mundo de sentido na ‘identidade’, perto dos dominadores, imperadores e a riqueza material, uma teologia da libertação vê a proximidade de Deus na alteridade, perto dos marginalizados, dos empobrecidos, dos explorados, dos excluídos”. Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, ele explica que “a tradição ocidental conhece a ética da comunidade, da vida social, mas adicionalmente pode aprender dos povos indígenas uma ética da reciprocidade com os outros seres vivos da natureza”.

Daniel Stosiek estudou Teologia na Alemanha, fez mestrado e doutorado em Política do Desenvolvimento na Universidade de Bremen. Realizou o pós-doutorado no ano passado na Universidade Federal de São Carlos. Atualmente integra o Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe/UFSCar, que esta semana promove o evento “O Concílio Vaticano II como evento dialógico”, no qual ministrará a palestra “Buscando uma teologia da libertação que escute as vozes de povos indígenas”.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Em linhas gerais, qual o foco da abordagem que o senhor trará ao falar sobre o tema “Buscando uma teologia da libertação que escute as vozes de povos indígenas”?**

**Daniel Stosiek** – Vou tematizar o cristianismo como sendo constituído na alteridade, que se desenvolvia depois de séculos como identidade total, e como o Concílio Vaticano II foi um movimento que se abriu ao diálogo, o que influenciou no surgimento da teologia da libertação e que incentivou movimentos indígenas.

**IHU On-Line – Como seria constituída uma teologia da libertação que escute as vozes de povos indígenas? Quais os elementos de uma teo-**

**logia condizente com a cosmovisão e a cosmologia indígenas?**

**Daniel Stosiek** – Enquanto uma teologia imperial vê Deus e o mundo de sentido na “identidade”, perto dos dominadores, imperadores e a riqueza material, uma teologia da libertação vê a proximidade de Deus na alteridade, perto dos marginalizados, dos empobrecidos, dos explorados, dos excluídos. Segundo Leonardo Boff, está-se descobrindo nas últimas décadas como novo sujeito da Teologia da Libertação a “alteridade da natureza” como sujeito empobrecido e explorado. Neste último aspecto, a teologia pode aprender muito dos povos indígenas porque na tradição cristã quase não existe a sensibilidade pela natureza viva. A tradição ocidental conhece

a ética da comunidade, da vida social, mas adicionalmente pode aprender dos povos indígenas uma ética da reciprocidade com os outros seres vivos da natureza.

Depois de tematizar os processos de sentido e espiritualidade que acontecem entre o ser humano e outros seres da natureza, segundo o ponto de vista dos povos indígenas, é preciso destacar aspectos da exploração e da libertação. Além das teorias de Karl Marx, se poderá ver que o valor das mercadorias e a mais-valia têm sua origem não só na exploração da exterioridade do trabalho vivo do ser humano (como expressa E. Dussel), mas também da exterioridade do trabalho vivo da natureza, ou seja, trata-se do conjunto da relação do ser humano

com a natureza. Se Enrique Dussel argumenta que a essência da dependência consiste em que – dentro da competição internacional – acontece uma transferência da mais-valia do capital do sul ao capital do norte, agora se pode argumentar que a riqueza do capital do Norte se origina no “trabalho vivo” da natureza e do ser humano do Sul. Por isso uma perspectiva de libertação mundial que também libera a espiritualidade e o sentido da alteridade ao mesmo tempo, vai começar quando a exterioridade do Outro (o “Tu” da natureza e do ser humano) se faça visível e audível. Neste processo, a comunicação com os povos indígenas é de grande importância.

**IHU On-Line – Que vozes dos povos indígenas são essas que você pesquisa? Como se constituem?**

**Daniel Stosiek** – A minha fonte de conhecimento são conversas e entrevistas com várias pessoas indígenas com as quais falei e, além disso, a literatura de autores indígenas e não indígenas. Finalmente não sei suficientemente como aquelas vozes se constituem, se deveria perguntar às próprias pessoas, mas o que posso pensar é que as vozes das pessoas provêm de suas sociedades, de seus

“A teologia  
pode aprender  
muito dos povos  
indígenas porque  
na tradição cristã  
quase não existe a  
sensibilidade pela  
natureza viva”

contextos históricos e sociais, de suas memórias e experiências. Alguns indígenas dizem que a linguagem se origina na relação entre os seres humanos e a natureza. Segundo Mikhail Bakhtin, a linguagem provém do diálogo e da alteridade social, e os indígenas acrescentam a alteridade dos outros seres vivos. O poeta mapuche Elicura Chihuailaf disse (no evento Caxiri na Cuia, em maio de 2012, na UFSCar) que a palavra provém da emoção da escuta à natureza. Um indígena manchinery (da Amazônia) disse (durante um colóquio em junho

de 2013 na UFSCar) que os Shamãs aprendem dos animais que, em certos aspectos, são mais elevados espiritualmente do que os seres humanos, e ele como também um Umutina disseram que a cultura humana vem da floresta. Segundo o antropólogo Pedro de Niemeyer Cesarino, “entre os povos indígenas, é possível aprender cantos com os espíritos dos animais”<sup>1</sup>. Conforme tais depoimentos, as vozes humanas são constituídas, em última instância, pela alteridade da vida que existe além do ser humano.

**IHU On-Line – O que a teologia da libertação, enquanto fruto do Vaticano II, tem a dizer aos povos indígenas cuja visão de mundo instaura-se na ideologia do bem-viver?**

**Daniel Stosiek** – A Teologia da Libertação precisa, em primeiro lugar, escutar os povos indígenas em vez de “missioná-los”. Quando se abrir um diálogo mútuo e recíproco, ou seja, uma troca de experiências e de sabedorias, teremos a liberdade dos sujeitos indígenas, que poderão decidir o que eles querem aprender dos seus parceiros.

<sup>1</sup> Instituto Socioambiental: Povos Indígenas No Brasil. 2006/2010, São Paulo 2011, p. 150.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Tema  
de  
Capa

**Destques  
da Semana**

IHU em  
Revista

# Reportagem da Semana

## Caminhos

POR RICARDO MACHADO

Os personagens desta reportagem percorrem o mesmo caminho. Inclusive cruzam-se pelos corredores do local onde moram. Ambos nascidos no interior do Rio Grande do Sul, escolheram uma motivação interna para conhecerem a si mesmos e conhecerem o mundo. Um deles é chamado de Cezar, o outro se chama Marciano. Para ambos cabe a missão, por escolha própria, de serem padres da Igreja Católica com todos os desafios que o século XXI impõe. O começo da história destes jovens seminaristas rumo ao sacerdócio converge às mudanças de Papado, agora com Francisco, quando parte dos ideais do Concílio Vaticano II parecem emergir para além dos portões de Roma.

Cezar Luis Morbach tem 28 anos e nasceu na cidade de Campina das Missões (região noroeste do RS). Quarto filho de uma família de cinco irmãos, conta que desde a infância percebeu a vocação para seguir a vida sacerdotal enquanto cursava a 8ª série do ensino fundamental, em 1998, quando se preparou para ingressar no Seminário São José, em Cerro Largo. Como a vida é sempre mais incontrolável do que supomos, Cezar ao invés de ingressar no seminário, mudou-se para a casa da irmã e do cunhado, em 1999, em Dois Irmãos, no Vale do Sinos, onde começou a trabalhar e estudar. Quando encerrou o ensino médio, iniciou os estudos no curso superior de Matemática da Unisinos, em 2002.

Marciano Guerra tem 24 anos e nasceu na cidade de São Marcos, próximo a Caxias do Sul. Filho mais

jovem de uma família de três irmãos, ingressou no Seminário da Diocese de Caxias do Sul, aos 15 anos, quando foi para o ensino médio. O interesse, entretanto, era anterior, sobretudo depois de ter participado de grupos de jovens da Igreja Católica. Passado dois anos no Seminário de Caxias e um ano em Farroupilha, foi para o Seminário Maior de Viamão.

Atualmente, Cezar está no último ano de Teologia e Marciano no terceiro ano dos quatro que correspondem à formação. Ambos estudam na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS durante a manhã, e à tarde realizam seus estudos e atividades no Seminário, onde se conhecem apenas de passagem.

### Desafios

A sociedade contemporânea com suas complexidades das mais diversas ordens impõe desafios muito substanciais, não somente à Igreja, mas, principalmente, aos evangelizadores, que estão mais próximos à realidade concreta. Cezar e Marciano, embora comunguem de uma formação muito parecida, têm origens sociais distintas. O primeiro é da Diocese de Novo Hamburgo, o segundo da Diocese de Caxias do Sul. Ter um mesmo mundo para olhar e contribuir enseja olhares distintos, que contribuem, sem dúvida, à construção de uma realidade que está por vir.

Ao se defrontar com tal cenário, Cezar chama atenção para questões que ele considera centrais, por exemplo: Como anunciar Deus em uma cultura materialista? Em uma cultura relativista e intrinsecamente sensual e

hedonista, de que forma apresentar Deus como sentido da vida? Como fazer a Igreja chegar até os jovens e os jovens à Igreja? Para ele, entretanto, todos esses enfrentamentos passam por um desafio pessoal e diário. “A mudança social inicia com a mudança pessoal, com a conversão pessoal. À medida que testemunharmos com nossa vida aquilo que acreditamos, seremos sinais, críveis, daquilo que anunciarmos por meio de palavras. Portanto, o primeiro e maior desafio é a conversão pessoal, diária”, considera.

Marciano tem um jeito falante, mas pondera longamente em silêncio antes de qualquer resposta. Diz-se confiante naquilo que acredita ser a sua missão, que conforme descreve, é ajudar as pessoas e a Igreja. “Dialogar com o homem e a mulher exige uma linguagem adequada e uma postura de diálogo. Me sinto alegre e desafiado porque não se trata de uma missão simples. É preciso que o padre tenha capacidade de visitar as pessoas e ouvi-las, pensar no que pode fazer para ajudar os drogados, como ajudar a trazer a vida em diferentes contextos e, sobretudo, ajudar a comunidade que ela também faça esse processo”, explica.

### Respostas

Encontrar respostas para as inquietudes contemporâneas são sempre processos difíceis e um terreno pantanoso onde tudo o cuidado ao caminhar é pouco. Cezar conta que aos finais de semana, durante a formação em Teologia, os seminaristas vão às paróquias para desempenharem

trabalhos pastorais. “Deparamo-nos com a realidade da paróquia, seus desafios, os anseios do povo, suas angústias, esperanças, etc. Assim, passamos do intelectual para a prática, ou melhor, colocamos em prática, na medida do possível, os ensinamentos adquiridos ao longo dos anos de estudos filosófico e, principalmente, teológicos. Porém, a sociedade evolui, progride e, para não ‘ficarmos para trás’, precisamos, também, continuamente nos atualizarmos. Nem sempre encontraremos respostas prontas para todos os questionamentos ou inquietudes do povo. Mas, se estivermos constantemente formando-nos e deixando-nos formar – ‘deixar-se formar’ refere-se ao estar aberto à vontade de Deus e à inspiração do Espírito Santo – num eterno retorno às fontes e, principalmente, retorno à Fonte, ou seja, Deus, poderemos contribuir.”

Embora Marciano convirja no objetivo de Cezar, ele encara a questão sob um ponto de vista diferente. “Não se trata simplesmente de oferecer respostas às pessoas, mas também de dialogar e aprender a lidar com as coisas. Ao mesmo tempo em que a Igreja oferece uma formação a todos, nós também precisamos ter a capacidade de integrar as pessoas nas diferentes realidades e formas de entender. Não se trata apenas de acolher e repassar os ensinamentos, é necessário não simplesmente dar a opinião pessoal, mas acolher o que se aprende e recebendo positivamente as contribuições da comunidade. Assim vamos anunciando a palavra de Deus.”

### Papa Francisco

Os futuros sacerdotes vivem uma realidade dentro da própria Igreja Católica que não era experimentada há quase 600 anos, que é a presença de um Papa Emérito junto com o atual Bispo de Roma. Após a Renúncia do Pontificado, em fevereiro deste ano, Bento XVI tornou-se Papa Emérito, tendo o Bispo Bergoglio como seu sucessor, o Papa Francisco. Evidentemente pessoas diferentes têm visões de mundo e comportamentos distintos, como o caso dos dois personagens desta reportagem e dos dois Papas, e

## “Passados 50 anos do início do Concílio Vaticano II, as ideias debatidas em Roma permanecem na maioria dos casos pertinentes ao debate contemporâneo”

não se trata, necessariamente, de que uma pessoa seja melhor que a outra. Cezar e Marciano têm apropriações bem particulares do Papa Francisco, mas ambos concordam que ele tentado promover uma aproximação entre a Igreja e as pessoas.

“Pessoalmente, acredito que o Papa Francisco veio chamar a atenção à humildade, virtude tão ‘perdida’ nos dias atuais. Além disso, parece, com seu carisma, sua espontaneidade e simplicidade, aproximar a Igreja do povo e, conseqüentemente, o povo da Igreja, eliminando este abismo que parecia existir entre hierarquia e laicato, fruto de concepções culturais – populares – equivocadas”, sustenta Cezar. “A ideia de Francisco apresenta e mostra uma identidade dinâmica e dialogal que se faz próxima, que não anuncia apenas teoricamente as verdades e a imagem da Igreja sobre o mundo, mas faz isso com uma linguagem acessível capaz de acolher. Vejo muito positivamente a postura, a forma e a força com que o Papa é capaz de denunciar as coisas da Igreja. O ministério dele tem frutos muito positivos e que me empolgam e fazem desejar mais”, argumenta Marciano.

### Concílio Vaticano II

Passados 50 anos do início do Concílio Vaticano II, as ideias debatidas em Roma permanecem na maioria dos casos pertinentes ao debate contemporâneo. Ambos seminaristas consideram o último concílio importante para os rumos da Igreja e que antes de pensar em nova discussão é preciso pôr em prática o que foi decidido. “Antes de qualquer discurso acerca da remota possibilidade de um novo concílio, é preciso colocar em prática os ensinamentos do Concílio Vaticano II, que apesar de datar dos anos de 1962 a 1965, nunca perdeu sua atualidade. Os ensinamentos provindos deste Concílio Ecumênico são de uma riqueza insondável, seja em temas concernentes à dignidade da pessoa humana, à formação do clero, à Liturgia da Igreja, ao próprio Mistério da Igreja, dentre outros”, avalia Cezar. “O concílio teve uma postura de diálogo com o mundo e com as diferentes realidades. E o fez por meio de uma linguagem própria que permitiu a história da Igreja a abrir-se e ter uma postura de melhor aproximação com pastorais e ações que a ela realiza. O considero muito atual e nessa perspectiva do diálogo ele é muito importante. São todos textos que ainda hoje são atuais”, ressalta Marciano.

Cezar e Marciano são jovens que encararam o desafio de estudar e tentar compreender a metafísica cristã em uma sociedade imersa no materialismo e nas novas tecnologias. Olham para o passado para compreender uma instituição de mais de dois mil anos e para tentar entender uma civilização que, em grande medida, abandonou diversos deuses para acreditar uma única divindade. Vivem e serão sacerdotes em um tempo em que outra grande parcela da população abandonou, inclusive, a crença em qualquer força fora da razão. Cezar e Marciano, a exemplo da maioria dos jovens da atualidade, fazem o que gostam e o que gostam é seguir o caminho do cristianismo e levar a palavra da Igreja Católica.

## Entrevistas da Semana

# O “caipira” e suas apropriações regionais nas festas juninas

Professor Valdir Jose Morigi analisa as diferentes representações de personagens do campo no Rio Grande do Sul e no Nordeste

POR RICARDO MACHADO

“O personagem do ‘caipira’ tornou-se hegemônico no Brasil, dada a difusão da literatura e das mídias, mas cada cultura faz uma apropriação diferente do mesmo personagem, colocando elementos da sua cultura local. No Nordeste, por exemplo, a figura do ‘caipira’ se manifesta através do ‘matuto’. Já no Rio Grande do Sul, ele é expresso na figura do ‘colono’ e do ‘gaúcho’”, explica o professor e sociólogo da PUCRS Valdir Jose Morigi. Para ele, “há visivelmente uma mistura de elementos da cultura tradicional gaúcha com elementos da cultura ‘caipira’ e, às vezes, também são inseridos elementos de outros contextos culturais”.

Waldir atribui tal característica ao avanço do processo de industrialização e urbanização que resultou, também, em acesso cada vez mais amplo às tecnologias da informação e comunicação. Tal cenário tornou cada vez mais complexas as distinções entre “campo” e cidade, como ele mesmo define. Outro aspecto que o professor chama a atenção está relacionado ao distanciamento das festas juninas às questões religiosas. “Os motivos que levam as pessoas às festas estão ligados ao hedonismo, aos prazeres que a festa pode proporcionar

aos sujeitos, ao consumo (comidas, bebidas...) e à diversão que ela propicia através dos encontros com amigos, etc. O sentido do ritual religioso tradicional de agradecimento e as orações aos santos pela boa colheita praticamente não se percebe nessas ocasiões. Por isso, muitos estudiosos afirmam que o sentido sagrado das festividades cedeu aos profanos.”

Valdir Jose Morigi possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, e em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Realizou mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com experiência na área de Sociologia e Ciência da Informação, com ênfase em Processos de Disseminação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, consumo, cultura popular, memória social, festas populares, conhecimento e sociedade, imaginário, mídia e representações sociais, cultura, sustentabilidade e meio ambiente.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como podemos pensar a experiência dos festejos juninos no Rio Grande do Sul e nas outras regiões do Brasil? Quais são as principais apropriações regionais?**

**Valdir Jose Morigi** – Esta pergunta daria para fazer uma tese. As festas juninas no Rio Grande do Sul não possuem a mesma força que em outras regiões do Brasil. No RS, elas se caracterizam como festa folclórica. Geralmente, são comemoradas no mês de junho

em uma noite; preferencialmente, próximo do dia 24 de junho (Dia de São João), nas escolas. Nessas festas são realizadas diversas atividades, danças e comidas típicas, brincadeiras e se encena o “casamento caipira”. Na ocasião, participantes se fantasiam de caipira. Por sua vez, na região Nordeste, por exemplo, as festas juninas possuem maior peso do que as festas de final de ano. A festa de São João, sem dúvida, é a que se sobressai e é amplamente

esperada pela população local, atraindo grande número de turistas durante o mês de junho. Nesse período, muitas pessoas que moram em outras cidades ou capitais brasileiras deslocam-se até sua terra de origem para visitar seus familiares, parentes e amigos. Há lugares como em Campina Grande, na Paraíba, que a festa dura um mês. Lá, a festa junina se tornou um grande espetáculo urbano, diluída por toda a cidade e, portanto, para além de espaços como

escolas ou festas particulares. Na cidade, monta-se todo um cenário para a realização da festa, envolvendo múltiplas atrações. As quadrilhas juninas, por exemplo, chegam próximo de uma carnavalização, em que elementos da modernidade se mesclam com outros elementos da tradição da cultura regional. O governo local investe muito na divulgação e nas festas com a finalidade turística. Elas atraem o patrocínio de empresas privadas, geram muitos empregos temporários e o comércio local se intensifica. Então, cada cultura regional se apropria da festa junina de diferentes modos, de acordo com suas singularidades e o significado que ela possui em cada contexto.

**IHU On-Line – Como as identidades de gaúcho e de caipira dialogam neste espaço híbrido das comemorações juninas?**

**Valdir Jose Morigi** – Esse é um exemplo da apropriação da cultura regional. A origem desses dois personagens (o “gaúcho” e o “caipira”) é completamente distinta. Entretanto, a forma como são realizadas as apropriações das culturas regionais e locais e a sua dinâmica mostra o caráter híbrido que as culturas assumem. O personagem do “caipira” tornou-se hegemônico no Brasil, dada a difusão da literatura e das mídias, mas cada cultura faz uma apropriação diferente do mesmo personagem, colocando elementos da sua cultura local. No Nordeste, por exemplo, a figura do “caipira” se manifesta através do “matuto”. Já no Rio Grande do Sul, ele é expresso na figura do “colono” e do “gaúcho”. Isso pode ser observado nas festas juninas das escolas através das indumentárias utilizadas pelos participantes para caracterizar esse personagem. Há visivelmente uma mistura de elementos da cultura tradicional gaúcha com elementos da cultura “caipira” e, às vezes, também são inseridos elementos de outros contextos culturais. O diálogo entre as diferentes formas identitárias ocorre nessas misturas e apropriações feitas pelos protagonistas das festas.

**IHU On-Line – Tendo em vista aspectos sociais, como podemos pensar as relações entre campo e cidade à medida que as festas juninas são feitas legitimamente do interior sendo realizadas em locais mais urbanos?**

**Valdir Jose Morigi** – Hoje, pensar as questões sociais e culturais a partir dessa dicotomia entre “campo” e “cidade” pode ser uma armadilha. Em outros tempos, eram categorias que ajudavam a estabelecer alguns parâmetros para compreender a realidade sociocultural. Isso criou um imaginário mais ficcional do que real sobre as relações entre o campo e a cidade. De certa forma, esse imaginário ainda se reflete contemporaneamente. Vejo que, com o avanço do processo de industrialização e urbanização e acesso cada vez maior às tecnologias da informação e comunicação e com a difusão da cultura midiática em todos os ambientes, tornou-se mais complexo definir as relações entre campo e cidade e identificar quais parâmetros os distinguem efetivamente. Ainda seria possível encontramos espaços “legítimos” para as festas juninas? Ou eles estão diluídos?

Além disso, os grandes centros urbanos estão permeados pela cultura tradicional, principalmente porque essas cidades são resultados históricos das migrações internas, que marca a entrada da cultura do homem rural no urbano e, portanto, uma apropriação do rural pelo urbano e vice-versa. É claro que, no contexto urbano, os elementos da cultura tradicional rural tendem a ser encarados como de um modo “romântico”, “folclorizado”, numa tentativa de “resgatar a cultura”, de não deixá-la “morrer”. No entanto, mesmo quando há uma tentativa de “resgate da tradição” por parte dos grupos urbanos, há ressignificações: ao ingressar nas grandes cidades, os elementos tidos como “próprios do rural” recebem uma nova “roupagem”, tornando-se um híbrido de diversas culturas.

**IHU On-Line – Como podemos pensar a questão religiosa dentro destas comemorações?**

**Valdir Jose Morigi** – A meu ver, pelo caráter mercadológico que as festas assumiram na atualidade, a questão religiosa ficou em segundo plano. Os santos do ciclo junino (Santo Antônio, São João e São Pedro) tornaram-se adereços simbólicos da festa. Os motivos que levam as pessoas às festas estão ligados ao hedonismo, aos prazeres que a festa pode proporcionar aos sujeitos, ao consumo (comidas, bebidas...) e à diversão que ela propicia através dos encontros com amigos, etc. O sentido do ritual

religioso tradicional de agradecimento e as orações aos santos pela boa colheita praticamente não se percebe nessas ocasiões. Por isso, muitos estudiosos afirmam que o sentido sagrado das festividades cedeu aos profanos.

**IHU On-Line – Que relações podem se estabelecer entre aspectos culturais legitimamente brasileiros e aspectos culturais colonizados da Europa no que se refere às comemorações juninas?**

**Valdir Jose Morigi** – Essa é uma longa história. Sabemos que a nossa história é resultado de um processo civilizatório complexo. A nossa cultura é marcada pelos traços transplantados da cultura ocidental. Conforme os historiadores, as festas juninas possuem origem europeia. Elas foram trazidas para o Brasil pelos portugueses, durante o período colonial. Além da influência da cultura portuguesa que se expandiu fortemente no Brasil havia outras (espanhola, francesa e chinesa). As danças marcadas, por exemplo, as danças nobres francesas tiveram forte influência nas quadrilhas brasileiras. A cultura chinesa contribuiu no costume de soltar fogos de artifício. Assim, com o decorrer do tempo, esses elementos culturais foram incorporados, mesclando-se aos elementos da cultura local (indígena, afro-brasileiro e dos imigrantes europeus) nos diversos contextos regionais do Brasil, constituindo formas distintas em cada uma delas. As festas juninas são um exemplo de como ocorreu esse processo de hibridização cultural.

**IHU On-Line – Qual a importância desse tipo de patrimônio cultural imaterial do Brasil?**

**Valdir Jose Morigi** – A noção de patrimônio imaterial é compreendida como um conjunto de bens culturais formado por saberes, modos de fazer, formas de expressão etc. As celebrações festivas são importantes manifestações culturais que se expressam através das tradições e dos saberes enraizados na vida cotidiana das comunidades. As festas populares expressam os valores, os saberes, as tradições, os modos de viver, de pensar, etc. Eles auxiliam na construção da identidade cultural dos grupos sociais. Conhecer o acervo das festas populares e os seus significados é acessar parte do patrimônio cultural das comunidades e da cultura brasileira e sua diversidade.

# “A extinção dos partidos inviabiliza a democracia”

É necessária uma reciclagem geral dos partidos, observa João Pedro Schmidt, e a fragmentação entre eles em nosso país força os governantes a um esforço descomunal para assegurar a governabilidade, assegura

POR MÁRCIA JUNGES

“O alheamento dos cidadãos em relação às instituições democráticas é um fenômeno internacional e parece estar se agudizando. As redes sociais vêm sendo um espaço importante de clamor contra esse quadro de alheamento e de chamamento à mudança, com espaço para todo o tipo de visão”, pondera o filósofo e cientista político João Pedro Schmidt em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Em seu ponto de vista, “o sistema político brasileiro não está em xeque, mas as manifestações questionam severamente várias de suas dimensões, vinculadas à moralidade, à representação e à eficácia das políticas públicas”. No caso brasileiro, “a confusão entre a coisa pública e a coisa privada levou os cidadãos a incorporar a troca de favores na sua concepção de moralidade, prejudicando seriamente o combate à corrupção. O favor político não é visto como algo imoral”. Sobre o rechaço dos manifestantes brasileiros aos partidos políticos, Schmidt analisa que há uma necessidade de se criarem “outros mecanismos de formação da vontade política. O anti-partidarismo

extremado é próprio dos grupos fascistas presentes nas manifestações e nos atos de vandalismo, mas minoritários”. E acrescenta: “As manifestações não disseminam sementes fascistas; elas são soluções da crise de representação e de ineficácia governamental, que merecem respostas adequadas do Estado”.

João Pedro Schmidt é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutor em Ciência Política pela mesma instituição com a tese *Juventude e Política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil*. É vice-reitor da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, onde leciona no Programa de Pós-Graduação em Direito. É autor de *O que pensam os jovens, hoje* (Santa Cruz do Sul: publicação própria, 1996) e *Juventude e Política no Brasil: a socialização dos jovens brasileiros na virada do milênio* (Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001) e organizou a obra *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais* (Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Os manifestos em curso no Brasil demonstram que estamos diante de uma falência política? Por quê?**

**João Pedro Schmidt** – Falência política me parece um termo excessivo, pois indicaria a falência do nosso sistema democrático. O sistema político brasileiro não está em xeque, mas as manifestações questionam severamente várias de suas dimensões, vinculadas à moralidade, à representa-

ção e à eficácia das políticas públicas. Palavras de ordem como “nenhum partido me representa” e “o gigante acordou” podem sugerir uma negação completa das instituições existentes, mas vejo-as mais como expressão da insatisfação frente a serviços públicos de baixa qualidade, como o transporte público, a saúde e a educação, e de frustração face às notícias cotidianas sobre a corrupção política. Há três elementos que gostaria de ressaltar.

O primeiro é que não se pode deixar de levar em conta que o caldo de cultura das manifestações está sendo fervido pela grande mídia e pela internet. A grande mídia brasileira – que foi caracterizada recentemente pelo ministro Joaquim Barbosa, curiosamente um dos ícones midiáticos dos últimos tempos, como não plural e com “tendência ao pensamento de direita” – nunca se livrou do viés liberal-conservador. Sua co-

bertura da política é espetacularista e tem nos escândalos a sua matéria prima principal. A democracia é equiparada a eleições e defesa de direitos individuais. Essa cobertura não favorece o senso de participação popular, não evidencia a diferença qualitativa que governos progressistas têm buscado imprimir na sua relação com os cidadãos, nem alerta para os perigos de sujeição da política aos interesses do mercado. A internet contrabalança em certa medida a pauta da mídia, mas não deixa de reverberá-la, até porque os principais sites de informações disponíveis na internet são os mesmos da mídia.

### Sinais de cansaço

A segunda é que quem está nas ruas é principalmente a juventude de classe média, que têm uma sensibilidade política distinta de outras camadas. A terceira é a incapacidade das instituições e dos governos de se aproximarem mais dos cidadãos, de inseri-los mais ativamente na política cotidiana. Nesse aspecto, a democracia representativa dá sinais de cansaço e os governos de esquerda, apesar das inovações implementadas após a Constituição de 1988, não conseguiram romper com a sensação do cidadão comum de que a política é um território estranho, que tem regras obscuras e está povoada por indivíduos moralmente questionáveis.

O alheamento dos cidadãos em relação às instituições democráticas é um fenômeno internacional e parece estar se agudizando. As redes sociais vêm sendo um espaço importante de clamor contra esse quadro de alheamento e de chamamento à mudança, com espaço para todo o tipo de visão. O quarto é que a crise financeira internacional desencadeada em 2008 potencializa os descontentamentos e agrava o senso de que há muitas coisas erradas.

**IHU On-Line – Como podemos compreender o rechaço aos partidos políticos pela maior parte dos manifestantes? O que isso demonstra sobre a situação da democracia representativa?**

**João Pedro Schmidt** – Os partidos brasileiros historicamente não

“Sua cobertura da política é espetacularista e tem nos escândalos a sua matéria prima principal. A democracia é equiparada a eleições e defesa de direitos individuais”

foram partidos de massa. A criação do PT nos anos 1980 foi considerada uma exceção, num país marcado por siglas frágeis e com pouco enraizamento social. O PT continua sendo um importante fenômeno da política brasileira e é o único partido com apoio popular expressivo, obtendo em média 25% a 30% de simpatia nas pesquisas de opinião nacionais, enquanto os demais não passam em geral de 6% a 8%. Grande parte da classe média não se identifica com o PT, nem com qualquer dos outros partidos. As manifestações evidenciaram esse afastamento. Embora não se deva generalizar essa rejeição aos partidos como algo próprio de toda população, é o sentimento da maioria. A dinâmica dos nossos partidos não vem se mostrando apropriada para incluir os cidadãos na vida política, especialmente os jovens da era digital. Os partidos precisam se reclar urgentemente, mas a reversão desse quadro não é simples. Numa sociedade sempre mais plural, cuja dinâmica econômica é ditada em boa parte pelo consumismo voraz, com baixo senso de compromisso cívico entre os cidadãos, é difícil que prosperem partidos fortes e que sensibilizem amplos setores da população.

Os partidos não devem monopolizar o acesso ao governo e ao parlamento. É preciso ampliar os mecanismos representativos, e como já acontece em outros países, deve-se possibilitar candidatos “independentes” nas eleições.

**IHU On-Line – Até que ponto o desejo pela extinção dos partidos repete momentos históricos como aqueles em que o fascismo se firmou como sistema político predominante?**

**João Pedro Schmidt** – A extinção dos partidos inviabiliza a democracia. A voz das ruas não deu esse recado, e sim a necessidade de criar outros mecanismos de formação da vontade política. O anti-partidarismo extremado é próprio dos grupos fascistas presentes nas manifestações e nos atos de vandalismo, mas minoritários. Não há risco por ora desse viés ideológico criar força, salvo se os governos, os parlamentos e o Judiciário voltarem as costas às manifestações, o que não é o caso, pois instaurou-se um clima de diálogo e inaugurou-se uma pauta de discussões que procuram levar em conta a voz das ruas. Fascismos e extremismos flertam com a crise econômica, o que não é o caso do Brasil. Estamos num bom momento, de crescimento econômico e redistribuição de renda. O nível de desigualdade social é o mais baixo já mensurado. O nível de emprego é o mais elevado. A miséria extrema vai ficando para trás. Diferentemente da Europa, onde os protestos são contra o desmantelamento do Estado de Bem Estar, aqui estamos avançando nesse rumo. As manifestações não disseminam sementes fascistas; elas são soluções da crise de representação e de ineficácia governamental, que merecem respostas adequadas do Estado.

**IHU On-Line – Há um nexo que une a dissociação entre moralidade e política na gênese dos manifestos? Por quê?**

**João Pedro Schmidt** – As manifestações catalisaram o sentimento difundido na população de que “há muitas coisas erradas”. Entre essas “muitas coisas erradas” está a sensação de que há muita corrupção na

política e de impunidade daqueles que são flagrados fazendo mau uso do dinheiro público. Esse é um aspecto central não só das manifestações, mas da má vontade do povo para com a política. Os comunitaristas norte-americanos, como Amitai Etzioni e Michael Sandel, têm alertado para a necessidade das forças progressistas e de esquerda compreenderem melhor a importância da moralidade na política. Segundo eles, o descaso para com os aspectos morais por parte dessas forças criou um vácuo moral ocupado pela direita, que conseguiu amearhar a simpatia de milhões de eleitores nas últimas décadas, canalizando num sentido reacionário as legítimas expectativas dos eleitores sobre o trato das questões morais na política.

### **Concepção moral progressista**

No Brasil, o vínculo entre a moral e a política é visto por vezes como uma retomada do discurso moralista-udenista, o que de fato parece ser o caso da grande mídia. Lá como aqui está colocada a tarefa da construção de uma concepção moral progressista. Na conjuntura atual, é preciso combinar o discurso econômico, político e moral, associando as conquistas da igualdade social, da inclusão de milhões de pobres na nova classe média e da erradicação da miséria extrema com a atenção a temas como o bom trato do dinheiro público, a transparência, o combate permanente aos superfaturamentos nas obras públicas, a erradicação de privilégios e a punição dos políticos corruptos.

**IHU On-Line – Até que ponto é possível reivindicar uma ética na política se em função da governabilidade os acordos de coalização unem políticos que se situam nos extremos do espectro ideológico?**

**João Pedro Schmidt** – A fragmentação partidária existente no Brasil força os governantes a um esforço descomunal para assegurar a governabilidade. Ministros ou secretários são escolhidos ou deslocados, cargos de confiança são mantidos ou alterados em função da necessidade de ter maiorias nos parlamentos. É imperativo reduzir a fragmentação partidária, criando exigências mais substanciais

“Essa cobertura não favorece o senso de participação popular, não evidencia a diferença qualitativa que governos progressistas têm buscado imprimir na sua relação com os cidadãos, nem alerta para os perigos de sujeição da política aos interesses do mercado”

para a criação e manutenção de um partido. No entanto, a dimensão ética ultrapassa esse aspecto. Trata-se de estabelecer um novo padrão de política, que esteja conectado com a cultura moral das comunidades e grupos. Etzioni explica que a cultura moral de uma comunidade se forma e se transforma por meio de diálogos morais, que acontecem permanentemente em conversações cotidianas, nas casas, nos bares, nas escolas, nos locais de trabalho e lazer, e por vezes em reuniões, assembleias e eventos formais.

### **Afastamento nocivo**

Os diálogos morais consistem, no essencial, na avaliação e discussão

acerca de convicções e crenças que regem o comportamento das pessoas, como as questões acerca das nossas obrigações acerca do meio ambiente, dos direitos da mulher, a união de homossexuais, a penalização de jovens e crianças. Não são discussões entre especialistas, e sim entre cidadãos. Os políticos devem estar sintonizados com os diálogos morais que ocorrem na sociedade e as políticas públicas devem levá-los em conta. Quando isso não acontece, cria-se um afastamento entre os cidadãos e os governantes, que é altamente nocivo à democracia. Impor leis e definir políticas descoladas da cultura moral vigente na sociedade é inócua (leis que não pegam, políticas que não são efetivas).

**IHU On-Line – Quais são as raízes da corrosão política brasileira? O patrimonialismo, o autoritarismo e o coronelismo nos ajudam a compreender a situação atual?**

**João Pedro Schmidt** – Nossas mazelas vêm de longe. A rememoração histórica nos mostra que aqui a formação do Estado precedeu à da sociedade civil. O aparato estatal brasileiro herdou grande parte dos vícios do Estado imperial português e manteve seus traços elitistas. A preeminência do Estado na economia e na política do país manteve-se ao longo do tempo, mas sempre em conexão com os interesses das elites econômicas, sejam agrárias ou industriais. Um segundo ponto é a brevidade e descontinuidade democráticas. A democracia brasileira não passa de alguns intervalos no século XX, em meio à sucessão de golpes de força e tentativas de golpe. A Proclamação da República foi um ato de força dos militares, depois veio a Revolução de 30, a tentativa de restauração das velhas oligarquias em 1932, a “intenção comunista” em 1935, a ditadura do Estado Novo de 1937 a 1945, o golpe que depõe Getúlio Vargas em 1945, a tentativa de impedimento da posse de Getúlio Vargas em 1950, as tentativas de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e o impedimento do vice Café Filho, a tentativa de impedimento da posse de João Goulart em 1961 e o golpe de Estado de 1964.

## Patrimonialismo e troca de favores

O período democrático atual de 30 anos é a nossa mais longa experiência democrática. Os filhos nascidos nesse período são os primeiros brasileiros que vivem integralmente um ambiente de normalidade democrática. Mas, traços psicossociais do modo de ser brasileiro permanecem. Sergio Buarque de Hollanda mostrou que o brasileiro tem habitualmente como traço do seu caráter a cordialidade, associada a atitudes como a hospitalidade, generosidade e tendência à intimidade, que leva ao personalismo, ou seja, a centralização da relação política na pessoa, no indivíduo. Estudos recentes mostram que grande parte dos eleitores vota ainda hoje em função do candidato, mas sem uma identificação durável.

O patrimonialismo é o tratamento da coisa pública como se fosse privada, sem a devida distinção entre os recursos públicos e os particulares, que envolveu primeiro a ação dos senhores de escravos, dos latifundiários e depois dos empresários industriais. A confusão entre a coisa pública e a coisa privada levou os cidadãos a incorporar a troca de favores na sua concepção de moralidade, prejudicando seriamente o combate à corrupção. O favor político não é visto como algo imoral.

## Raízes profundas

O coronelismo e o voto de cabresto são menos visíveis hoje em dia, ao menos no eleitorado urbano das grandes cidades. O coronel local, que arrebanha votos dos peões, em troca de favores e apoio conseguido junto ao governo, não tem a proeminência de outrora, mas todos os candidatos precisam de lideranças locais fortes para assegurar sua eleição. O autoritarismo, entendido como a hipertrofia da autoridade em detrimento do diálogo e divisão do poder, expressa-se ainda no mandonismo de muitas autoridades políticas, mas ultrapassa os limites do Estado e deita raízes no cotidiano. O chamado *autoritarismo social* designa a existência de uma estratificação das pessoas dispostas nos seus respectivos lugares sociais, por

“A extinção dos partidos inviabiliza a democracia. A voz das ruas não deu esse recado, e sim a necessidade de criar outros mecanismos de formação da vontade política”

crítérios de classe, etnia ou gênero, reproduzindo a organização hierárquica e desigual que marcou a história brasileira. Certamente a grande maioria dos manifestantes que estão nas ruas não tem presente esse quadro histórico. Seus protestos revelam a inconformidade com um quadro cujas raízes são bastante profundas.

**IHU On-Line – Como a dicotomia do público/privado e do comunitário/público não estatal podem servir de parâmetros para repensarmos a política que vem sendo feita em nossa recente democracia?**

**João Pedro Schmidt** – Público e privado são conceitos que vêm dos gregos e romanos e que continuam a estruturar a visão sociopolítica atual. Por isso, é fundamental discutir seu sentido. O problema não está em utilizar os conceitos, que continuam válidos, mas na redução da complexidade política ao binômio público/privado. Há um grande leque de organizações e fenômenos que não se coadunam com essa polarização, e que são melhor designados pelos conceitos de “comunidade” e de “sociedade civil”. As consequências dos excessos do Estado e do mercado são conhecidas. Na década de 1980 acompanhamos a falência do socialismo estatista do Leste Europeu. No início da década de 2000 acompanhamos a falência do privatismo, com o fracasso das reformas neoliberais,

que se prolongam na crise financeira internacional desencadeada em 2008 e ainda em curso. Ao invés de modelos políticos dualistas, devemos pensar em modelos triádicos. Etzioni fala do “equilíbrio entre Estado, comunidade e mercado” como sendo próprio das sociedades comunitaristas, uma concepção altamente fértil para os tempos atuais. As comunidades e as organizações comunitárias são uma fonte de serviços de interesse público que vem sendo insuficientemente valorizada. Universidades, hospitais, ONGs e outros organismos criados e mantidos pela sociedade civil podem proporcionar – e já vêm proporcionando – serviços de alta qualidade e com custos acessíveis. É o chamado “setor público não estatal”. E mais: reforçar as comunidades, reforçar a vivência em comunidades é uma forma importante de assegurar condições de vida mais saudáveis e um espaço de politização aos indivíduos. Talvez o maior dos problemas das complexas sociedades urbanas atuais é o individualismo e a fragmentação social. Como mostram Etzioni, Putnam e outros estudiosos, a vida em comunidades e em grupos é antídoto para muitos dos males do corpo, do espírito e da política. A confiança interpessoal gerada nesses espaços favorece a solução de conflitos, evita os excessos burocráticos, azeita a economia e a eficácia das instituições.

**IHU On-Line – A partir das manifestações em nosso país, como podemos compreender o papel dos jovens na construção do capital social no Brasil?**

**João Pedro Schmidt** – As pesquisas sobre capital social vêm indicando que nos vários segmentos populacionais brasileiros há um bom estoque de capital social do tipo *bonding*, aquele que se estabelece entre pessoas com vínculos de parentesco e amizade, mas frágil quanto ao tipo *bridging* e *linking*, próprio das relações entre pessoas mais distantes e hierarquicamente diferenciadas. Ter relações fortes entre as pessoas próximas é importante, mas para não criar um espírito de gueto, de localismo, é fundamental que os jovens estabeleçam relações amplas, que favoreçam

um senso cidadania voltado ao país e ao mundo. Nesse sentido, as manifestações foram muito interessantes. As pautas começaram com questões locais, mas tornaram-se nacionais. Formar jovens com visão nacional e mundial é a única forma de enfrentar os grandes problemas do planeta. Nenhum dos nossos grandes problemas pode ser resolvido na esfera local. As manifestações, ao proporcionarem uma conexão com jovens desconhecidos, de cidades distantes, favorecem a confiança interpessoal, abalada cotidianamente pela violência e criminalidade. O êxito obtido nas reivindicações, como a redução na tarifa do transporte público, favorece o empoderamento dos jovens e reforça o senso de eficácia política.

**IHU On-Line – Que tipo de política tende a surgir após essa onda de protestos no Brasil?**

**João Pedro Schmidt** – Uma política mais atenta às questões levantadas nas manifestações. O indicativo de plebiscito ou referendun para decidir questões da reforma política é um sinal de que governo e oposição percebem a gravidade da situação. Essa atenção dada pelas autoridades terá um efeito potencializador para futuras manifestações. É bem possível que as manifestações convocadas via redes sociais tenham vindo para ficar. Esse fenômeno não é necessariamente positivo para a democracia. Se for canalizado por forças reacionárias, a presença do povo na rua pode levar água ao moinho do atraso ou obstaculizar reformas necessárias.

**IHU On-Line – Quais são as peculiaridades dessas manifestações oriundas das redes sociais? O que elas demonstram sobre os jovens de nossos dias e a sua forma de organização?**

**João Pedro Schmidt** – Rapidez é uma das peculiaridades. As informações propagam-se celeremente e as ações podem ser deflagradas em pouco tempo. Essa rapidez nem sempre combina com a democracia, que requer a observância de regras. Por vezes, a rapidez é aliada da má informação. A difusão de boatos pode levar a ações equivocadas politicamente. Outra peculiaridade é a conexão com

“O que há de comum nesses movimentos é o quadro de crise econômica internacional, que tem um ingrediente de instabilização em todos os países, no ambiente da era digital”

realidades distantes, que pode ser lida de forma otimista como a base de um novo espírito planetário e cosmopolita. Um questionamento importante, por outro lado, é o fato de que as redes sociais são o território de jovens fortemente influenciados pelo individualismo e consumismo. Pode-se aventar a hipótese de que as mobilizações juvenis organizadas via redes sociais não ultrapassam o horizonte da visão individualista e consumista.

**IHU On-Line – Em que medida a despolitização dos jovens está sendo questionada a partir dos movimentos no Brasil, Espanha, Grécia e na Primavera Árabe?**

**João Pedro Schmidt** – O que há de comum nesses movimentos é o quadro de crise econômica internacional, que tem um ingrediente de instabilização em todos os países, no ambiente da era digital. Mas, as situações variam de país a país. Os protestos nos Estados Unidos tinham como alvo a responsabilidade dos bancos, do sistema financeiro (Wall Street) na crise internacional. A Primavera Árabe é uma onda em favor da democratização, em países que não têm tradição democrática. Na Espanha e Grécia o foco é o desemprego e a redução

dos benefícios sociais proporcionados pelo Estado de Bem Estar. No Brasil, as pautas dizem respeito ao modelo de desenvolvimento, que vem proporcionando avanços sociais e econômicos, mas se depara com gargalos nas políticas públicas e com a sensação de forte imoralidade no mundo dos políticos. O fato de serem os jovens os principais ou importantes protagonistas nas manifestações mundo afora indica que o potencial político da juventude se mantém, evidenciando que certos rótulos, como a *Geração Y* ou *Geração Milenarista*, explicam pouco sobre a juventude atual.

**IHU On-Line – Que políticas públicas deveriam surgir das exigências que estão sendo feitas pela população nesse momento?**

**João Pedro Schmidt** – A linha mestra das políticas públicas econômicas e sociais deve ser mantida: desenvolvimento com inclusão social. Seria desastroso para o país se as manifestações mexessem nessa linha mestra, em favor de soluções imediatistas para certos problemas, mesmo que importantes. E até agora não é isso que está no horizonte. A realocação de mais recursos para o transporte público urbano em detrimento de outros investimentos é perfeitamente plausível. As questões relativas à reforma política, como o voto distrital, a possibilidade de candidatos “independentes” e outras, não incidem diretamente sobre as questões econômicas e sociais, e é um debate importante para o aperfeiçoamento das instituições. O principal objetivo a ser buscado não diz respeito a alguma política pública em particular, e sim, à vida política no seu conjunto: a volta dos jovens às ruas deveria ser o início de uma politização efetiva da juventude, não apenas no sentido do envolvimento em protestos ocasionais, mas do despertar do interesse pela política e da disposição de participação regular nos canais disponíveis, que são muitos. Descobrir a força dos conselhos de políticas, das consultas populares, dos conselhos regionais de desenvolvimento e mesmo dos partidos políticos, renovando-os, esse é o grande desafio de um ponto de vista democrático.

# Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 24-06-2013 a 1º-07-2013, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

## Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles

Entrevista especial com Giuseppe Cocco, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e editor das revistas Global Brasil, Lugar Comum e Multitudes.

Confira nas notícias do dia de 25-06-2013

Acesse o link <http://bit.ly/146Jm3i>

Na tentativa de compreender as razões que levaram milhares de cidadãos brasileiros às ruas, o sociólogo **Giuseppe Cocco**, que estuda o conceito de multidão abordado pelo italiano **Antônio Negri**, elenca algumas possibilidades. Na avaliação dele, o ciclo de “revoluções 2.0”, com base na internet, “começa a ter uma duração consistente (de mais de 3 anos) e entrou no imaginário, na linguagem de gerações de jovens que não formam mais suas opiniões na imprensa, mas diretamente nas redes sociais”. De acordo com **Cocco**, havia e há no Brasil “um sem número de movimentos de protesto e resistência, em particular por causa dos efeitos dos megaeventos, e hoje esses movimentos se juntaram, confluindo com a multidão da nova composição do trabalho metropolitano”.

## Belo Monte e a proposição formal de participação

Entrevista especial com Maíra Borges, graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e mestre em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Confira nas notícias do dia de 26-06-2013

Acesse o link <http://bit.ly/15EJk6>

As audiências públicas realizadas em Altamira e o processo de licenciamento ambiental demonstram as deficiências institucionais da construção da hidrelétrica de Belo Monte, diz **Maíra Borges** à **IHU On-Line**. Autora do livro recém-lançado, intitulado **Belo Monte: O estado democrático de direito em questão**, a geógrafa assinala que a obra aponta implicações ambientais desde a elaboração do projeto, pois está sendo construída na Volta Grande do Xingu, que é considerada Área de Importância Biológica Extremamente Alta. “A bacia hidrográfica do Xingu abriga grande diversidade cultural e biológica e abrange um mosaico de Unidades de Conservação - UCs e Terras Indígenas - TIs”, aponta.

## “A disputa política está nas ruas”

Entrevista especial com **Rudá Ricci**, diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, e colunista político da Band News

Confira nas notícias do dia de 27-06-2013

Acesse o link <http://bit.ly/1cpBU5h>

“Trata-se de uma onda juvenil, de classe média”, que forma uma força “irresistível que carrega de tudo junto. Algo como um carnaval político e acredito que esta seja a melhor maneira de analisarmos o que ocorre”, diz **Rudá Ricci** à **IHU On-Line**, ao comentar as manifestações que tomaram as ruas brasileiras. De acordo com ele, a tensão entre os manifestantes e a polícia é acentuada porque as “polícias não estão acostumadas a este tipo de conflito de rua, de natureza democrática. Enfrentam o tráfico organizado e situações onde está nítido, para eles, o

divisor de águas de conduta moral. Alguns, por convicção ideológica, acreditam que se trata de baderna. Mas não duvido que tenham uma ponta de dúvida ao ver aquela massa de dezenas de milhares de pessoas que avançam pelas ruas, incluindo mães que seguram as mãos de seus filhos pequenos”.

Confira nas notícias do dia de 28-06-2013  
 Acesse o link <http://bit.ly/16DXkKm>

As manifestações que ocorreram em Belo Horizonte nos últimos dias, especialmente na quarta-feira, durante jogo do Brasil e Uruguai pela Copa das Confederações, demonstram que “a realização dos megaeventos está sendo feita em detrimento de prioridades públicas no nosso estado”, acentua o entrevistado. Segundo ele, “todas as manifestações se dirigiram em direção ao Mineirão e ao chamado território Fifa, um espaço na cidade que está privatizado, para tentar conter esse bloqueio colocado pela força de segurança pública”.

### Copa do Mundo: gastos públicos excessivos e desvirtuados

Entrevista especial com Rafael Bittencourt, membro do Comitê Popular de Atingidos pela Copa – COPAC

Acesse o Twitter do IHU em [twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu)



Tema  
de  
Capa

Destques  
da Semana

**IHU em  
Revista**



DOM MAURO: criança com fome não é motivo de pena, mas de vergonha.

## Eventos

# A luta contra a fome e a opção pela vida

Aquilo que é um direito humano não pode ser compreendido como caridade, pontua Dom Mauro Morelli ao se referir à garantia do alimento. Uma revolução cultural com impactos na ordem econômica e em nome do bem comum deve ser o pano de fundo para nossas ações

POR MÁRCIA JUNGES

Lutar para que uma criança não morra criança por falta de comida, desnutrida. Esse é um dos grandes objetivos que inspiram a trajetória de vida de Dom Mauro Morelli, bispo emérito de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. “Segurança só se tem com alimentação saudável e adequada. Sonho em ver um povo saudável, inteligente, criativo e bem humorado, que não durma com fome ou raiva. Devemos lembrar sempre do perdão e do pão, mencionados no Pai Nosso”. Em sua fala na tarde de 26-06-2013, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, durante o evento **Direito Humano ao Alimento e à Nutrição no**

**Contexto Mundial das Metas do Milênio**, Dom Mauro contou aspectos de sua luta contra a fome, na garantia do direito humano ao alimento. “Precisamos evoluir da cultura piedosa para uma cultura do direito, que assegure às pessoas a segurança alimentar”, disse à plateia na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros.

Descendente de imigrantes italianos que viveram as agruras da falta de alimentos e da carestia na Europa do século XIX, na região do Vêneto, Dom Mauro celebra a “brasilidade que impregna o ser”, mas que convive com a fome em diferentes partes do país. “A riqueza não vive sem a pobreza, e é

preciso rever esse modelo econômico concentrador. As grandes fortunas devem ser taxadas. Vejam: o Brasil não será pacificado enquanto continuar a haver esse acúmulo de bens”, ressaltou. Ele manifestou a importância de vivermos uma vida mais frugal, sem o acúmulo ou o esbanjamento. “Esse modelo econômico que aí está desneiraiza as pessoas e as comunidades”.

### Assistencialismo

“Aquele que reparte o pão é uma pessoa iluminada, que superou sua condição egoísta”, observou Dom Mauro Morelli. Em seu ponto de vista, não se pode falar em caridade de

matar a fome, pois o alimento é um direito da pessoa. Isso está escrito na encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI. E que não se confunda assistência social com assistencialismo: “No Brasil o que impera é o aspecto assistencialista. Precisamos de uma guinada de 180 graus para que as pessoas não dependam do Bolsa Família no futuro. A pedagogia do Bolsa Família deveria ser outra”, frisou.

Outro aspecto que Dom Mauro enfatizou foi a importância da alimentação desde a concepção da vida. Se faltar alimento quando o óvulo é fecundado, haverá danos físicos. E esse alimento deve atender a três critérios: deve ser adequado, saudável e solidário.

### Fome x obesidade

Para Dom Mauro Morelli, o fundamental é perceber que não se deve ter pena de criança desnutrida. “Devemos ter é vergonha. Trata-se de uma dignidade ferida, lesada. Essa deve ser a motivação para lutarmos contra a chaga da fome”. E acrescentou: “Nosso DNA acumula a memória ancestral da fome que a humanidade experimentou. Por isso acumulamos gordura. É para o caso de passarmos por períodos de carestia e termos o que queimar”. Contudo, felizmente aquelas épocas de acesso periclitante à comida já se foram. Hoje a produção mundial de alimentos tem crescido. Paradoxalmente, a fome continua, aliada a outra epidemia: a da obesidade mórbida, alicerçada pelo consumo de produtos industrializados, ricos em açúcares, gorduras, sódio e outros aditivos nocivos à saúde.

Outro paradoxo que surgiu na discussão com a plateia foi a falta de abordagem da temática da fome pelos cursos acadêmicos de Nutrição e Medicina. Essa lacuna das graduações precisa ser revista. E mais: “Devemos nos reeducar, voltarmos a ser saudáveis e ter outra relação com os alimentos. Há alimentos não saudáveis que são ofertados em excesso. Fazer uma opção pela vida é preciso e fundamental. É necessária uma profunda revolução cultural com impacto na ordem econômica para que o bem comum seja o motivo por trás de tudo isso. Todos os seres devem ser pre-

servados, e não apenas os humanos. Educação é um processo de relações permanente”.

### Alegria de viver

Na modernidade vivemos um verdadeiro paradoxo. Estamos inseridos num mundo avançado em tecnologia ao lado de populações familiares, esquecidas pelo poder público. “Fome não é fatalidade de Deus. Josué de Castro<sup>1</sup>, com sua obra formidável, não nos deixa esquecer disso”. Em sua jornada pela mesa abastada nas famílias e nas comunidades eclesiais, Dom Mauro acentuou que é impossível esquecer as crianças desnutridas que conheceu. Mais de 40 mil delas foram visitadas na Baixada Fluminense, sendo que 5 mil foram recuperadas do estado desnutrido no qual se encontravam. “Todos temos que nos envolver com o combate à fome. Devemos celebrar a vida comendo e bebendo, e não perder a alegria de viver”.

### Quem é Dom Mauro Morelli

Bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias-RJ, Dom Mauro Morelli é presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea/MG, Fundador do Instituto Harpia Harpyia e um dos fundadores do Movimento pela Ética na Política. Fortaleceu a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Esteve à frente da criação

<sup>1</sup> Josué Apolônio de Castro (1908-1973): médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais. Partindo de sua experiência pessoal no Nordeste brasileiro, publicou uma extensa obra que inclui: “Geografia da Fome”, “Geopolítica da Fome”, “Sete Palmas de Terra e um Caixão” e “Homens e Caranguejos”. Exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Logo após o Golpe de Estado de 1964, teve seus direitos políticos suspensos pela ditadura militar. Confira a edição 274 da revista **IHU On-Line**, de 22-09-2008, intitulada *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome* e disponível em <http://bit.ly/17kY1cz>. (Nota da **IHU On-Line**)

do conceito de segurança alimentar como combate à fome e foi um dos articuladores do programa Mutirão de Combate à Desnutrição Materno-Infantil. Foi membro do Comitê Permanente de Nutrição da ONU. Para maiores informações sobre sua trajetória e suas lutas, acesse [www.mauromorelli.blogspot.com](http://www.mauromorelli.blogspot.com).

Nos dias 6, 7 e 8 de maio de 2014, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU sediará o **Seminário brasileiro sobre a fome**. A programação e demais informações serão divulgadas oportunamente.

## Leia mais...

>>Confira os materiais publicados sobre **Dom Mauro Morelli** pela IHU

#### On-Line:

- *Combate à fome: o desafio de equacionar problemas estruturais*. Notícias do Dia 21-05-2013, disponível em <http://bit.ly/12RUSOc>
- *A morte dos mártires*. Notícias do Dia 19-09-2006, disponível em <http://bit.ly/11Q1bki>

## Baú da IHU On-Line

>>Confira edições da revista **IHU**

**On-Line** que abordaram a temática da fome e da alimentação.

- *A comida fala a redescoberta da mesa em tempos de fastfood*. Edição 163, de 07-11-2005, disponível em <http://bit.ly/1ais1tb>
- *Por uma ética do alimento. Sobriedade e compaixão*. Edição 191, de 14-08-2006, disponível em <http://bit.ly/m28gQt>
- *Josué de Castro e Graciliano Ramos. A desnaturalização da fome*. Edição 274, de 22-09-2008, disponível em <http://bit.ly/17kY1cz>

# Cinco pontos de vista sobre o Brasil nas ruas

Analistas examinam as manifestações que sacudiram o país nas últimas semanas. Pauta difusa, organização em rede, truculência policial e de grupos anarquistas, anti-partidarismo e crítica ao modelo democrático representativo estão entre algumas de suas características

POR MÁRCIA JUNGES

Os protestos que se alastraram pelo Brasil na segunda quinzena de junho desassossegaram o povo, inquietaram os intelectuais e sacudiram a pasmaceira instalada no país desde o impeachment de Collor, em 1992. Que soluções efetivas as reivindicações difusas irão receber? Que tipo e agenda o governo federal irá seguir na relação com os manifestantes daqui para frente? O que esperar dos protestos organizados em rede, descentralizados e notadamente anti-partidários? O que essa recusa às siglas demonstra sobre a democracia representativa,

duramente criticada por seu esvaziamento e distanciamento do povo? Como compreender a escalada de violência promovida por grupos minoritários, das mais diversas orientações ideológicas, responsáveis por depredações e por semear o medo entre as pessoas que protestam legitimamente? De que forma tudo isso impactará na corrida presidencial de 2014? Essas e dezenas de outras reflexões foram discutidas em cinco entrevistas realizadas pela equipe de jornalismo do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e publicadas em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Confira.

## Carnaval político

“Trata-se de uma onda juvenil, de classe média”, que forma uma força “irresistível que carrega de tudo junto. Algo como um carnaval político e acredito que esta é a melhor maneira de analisarmos o que ocorre”, diz Rudá Ricci em entrevista à **IHU On-Line** ao comentar as manifestações que tomaram as ruas brasileiras. Diretor geral do Instituto Cultiva, professor do curso de mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara, e colunista Político da Band News, Ricci localiza o estopim de tudo na manifestação de São Paulo. “A violência da PM indignou a todos e já no sábado era visível pelas redes sociais que a onda emocional se alastrava pelo país, principalmente nas regiões onde há maior nível de instrução: centro-sul do país

e litoral nordestino. No início da semana seguinte, na manifestação de São Paulo, a situação já era outra, e o Movimento Passe Livre – MPL perdeu o controle e liderança. Na quarta, teve início a disputa de pautas”.

Ricci observa que as polícias brasileiras “não estão acostumadas a este tipo de conflito de rua, de natureza democrática. Enfrentam o tráfico organizado e situações onde está nítido, para eles, onde está o divisor de águas de conduta moral. Alguns, por convicção ideológica, acreditam que se trata de baderna. Mas não duvido que tenham uma ponta de dúvida ao ver aquela massa de dezenas de milhares de pessoas que avançam pelas ruas, incluindo mães que seguram as mãos de seus filhos pequenos”.

As declarações podem ser lidas em seu conjunto nas **Notícias do Dia**

27-06-2013, disponíveis em <http://bit.ly/1cpBU5h>, na entrevista “*A disputa política está nas ruas*”.

## Revoluções 2.0 e esgotamento representativo

Para o sociólogo Giuseppe Cocco, não estamos diante da “falência da política. Ao contrário, trata-se da persistência da política! Diante de tudo que os partidos de esquerda fazem para fornecer munições ao velho discurso antidemocrático e moralista da elite, esses movimentos mostram que a política está viva, apesar dos Felicianos, dos Aldos, da tecnocracia neodesenvolvimentista e da corrupção”. Na entrevista intitulada *Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles*, publicada nas **Notícias do Dia** 25-06-2013 e disponível em <http://bit.ly/1cpBU5h>.

ly/146Jm3i, Cocco recorre ao conceito de multidão, formulado pelo italiano Antônio Negri, e pondera que o ciclo de “revoluções 2.0”, com base na internet, “começa a ter uma duração consistente (de mais de 3 anos) e entrou no imaginário, na linguagem de gerações de jovens que não formam mais suas opiniões na imprensa, mas diretamente nas redes sociais”.

Outro aspecto importante é o fato de jovens brasileiros só terem conhecido “o Brasil de Lula”. E dispara: “No Brasil, o PT e seu governo (e sua coalizão) pensavam estar blindados pelos recentes sucessos eleitorais (a eleição de Haddad, a reeleição quase plebiscitária do Paes, no Rio), por estar num ciclo econômico positivo e por ter achado que o sagrado graal do ‘novo modelo’ econômico seria, na realidade, reeditar o velho nacional-desenvolvimentismo, rebatizado de neodesenvolvimentismo”. Cocco situa, ainda, o esgotamento da representação política em nosso país, fenômeno “subavaliado” pela esquerda, e sobretudo o PT, que não o compreendeu e continua sem entendê-lo.

### Ideologia anarquista

O cientista político e jornalista Bruno Lima Rocha, professor na Unisinos, destaca que há 10 anos temos um governo de centro-esquerda, “vivemos melhor no mundo do consumo, mas estamos desorganizados como povo. Setores inteiros do movimento popular estão desarticulados ou têm relações complicadas – subordinadas – para com o governo”. Em seu ponto de vista, é visível a presença da ideologia anarquista, “tanto em sua forma mais difusa como na mais orgânica, vinculada a Coordenação Anarquista Brasileira, sendo que no RS esta Coordenação tem a Federação Anarquista Gaúcha – FAG como membro. Digo isso por ter total certeza deste dado e afirmo que, para ampliar a democracia direta e a defesa dos direitos coletivos, tal presença é fundamental. Todos os elementos apresentados: horizontalidade, identidade e independência de classe, sentido popular, democracia direta, profunda demo-

cracia interna, exercício do direito das maiorias, todas estas categorias estão presentes e constituem a ideologia anarquista em si”. A entrevista “*Não é mais possível admitir que uma luta popular tenha como meta a eleição de algum representante*” pode ser conferida na íntegra nas **Notícias do Dia** 21-06-2013, disponível em <http://bit.ly/11Rp3DM>.

### Sinais das ruas

O sociólogo e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Luiz Werneck Vianna, disse na entrevista por telefone à **IHU On-Line** que o que ocorre nas manifestações de rua no Brasil é um recusa. “Ao longo desses anos, essa geração cresceu vendo e se confrontando com uma situação em que os partidos e a classe política em geral se desmoralizavam a cada dia (...). Tudo isso foi distanciando a população, especialmente os jovens, da vida institucional. Eu insisto: o problema todo é auscultar de forma correta os sinais que estão vindo e agir da forma mais tempestiva possível, pois há o risco de não haver mais tempo”.

E acrescenta: “se nas ruas não há vestígios de organização, as redes sociais estão absurdamente dominadas por um diálogo interminável a respeito da situação da geração atual, que tomou forma a partir de um episódio que podia ser entendido como algo de menor expressão. O fato também de terem sido rechaçados por uma repressão muito forte, após seus primeiros movimentos, incendiou a imaginação. Enfim, essa geração se pôs no mundo e está aí a sua marca”.

Werneck Vianna pondera que o tema do reconhecimento e o da participação política serviram como “combustível dessa movimentação”. Contudo, ele não acredita que isso esteja vinculado diretamente a causas econômicas. As declarações podem ser conferidas na íntegra na entrevista *A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações*, publicada nas **Notícias do Dia** 19-06-2013 e disponível em <http://bit.ly/15iYqZr>.

### Contexto das mobilizações

*Manifestação jovem de Porto Alegre. Uma crítica à instrumentalização da vida* é o título da entrevista de Carlos Gadea, na qual ele reflete que as mobilizações, “como a dos jovens em Porto Alegre, são resultante de uma crítica a um presente que, paradoxalmente, supõe maior interconexão entre os indivíduos, mas também uma concomitante ‘despersonalização’ e ‘instrumentalização da vida’”. O material foi publicado em 11-03-2013 nas **Notícias do Dia**, disponível em <http://bit.ly/10Yi239>.

De acordo com o sociólogo, docente na Unisinos, apesar de os protestos recentes por causa do aumento do preço das passagens em Porto Alegre terem semelhanças com as manifestações do 15M e Occupy Wall Street, eles têm “uma ‘energia’ particular, motivações concretas e uma complexidade própria do seu contexto de aparição”. E completa: “Considero que mais do que em relação direta com essas mobilizações, a ação coletiva de jovens (e que, no decorrer da sua experiência, foi somando a não tão jovens) contra o aumento do valor das passagens de ônibus se vincula muito mais com um contexto de mobilizações recentes (em nível nacional e local) que abordaram diversas temáticas: as ações contra o racismo e a homofobia no país, a ‘Marcha das Vadias’, o ‘ativismo em rede’ no espaço virtual, a mobilização em torno ao Museu do Índio de Rio de Janeiro e, não esqueçamos, o ‘ensaio’ mobilizatório em torno ao ‘Tatu Bola’ e a sua presença no espaço do centro de Porto Alegre, simbolizando uma ‘privatização’ do espaço público e uma violação ao direito à circulação”, explica.

As cinco entrevistas serão publicadas, nesta semana, nos **Cadernos IHU ideias** número 191, intitulado “VEMpraRUA. Perspectivas sobre as manifestações populares brasileiras de 2013”. Em breve, a publicação estará disponível para download em PDF no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# Publicações em destaque

Confira algumas das publicações mais recentes do Instituto Humanitas Unisinos.

cadernos  
**IHU**  
ideias

## Ciência e justiça:

Considerações em torno da apropriação  
da tecnologia de DNA pelo direito

Claudia Fonseca

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

ano 11 • nº 190 • 2013 • ISSN 1679-0316

### Ciência e Justiça: considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito

A publicação n. 190 dos Cadernos IHU ideias traz o texto **Ciência e Justiça: considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito** sob autoria de Claudia Fonseca, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A autora discute a apropriação do conceito de “verdade” a partir da ciência que é encontrada no campo jurídico, focando especialmente os casos de tecnologia de DNA utilizados em processos criminais e de reconhecimento de paternidade.

A reflexão desenvolvida neste Caderno IHU ideias debruça-se sobre um caso relativo a certo político gaúcho que tinha recursos financeiros, políticos e sociais para tentar combater a alegação de paternidade. Dentro dos procedimentos jurídicos da litigância, houve a realização de um teste de DNA, decisivo para os trâmites. “No final da década de 1990 a tecnologia de DNA oferecia aos brasileiros um novo tipo de testemunha – com altíssima credibilidade”, explica Claudia.

A publicação deste artigo é mais um subsídio para o XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades - A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea, que ocorrerá de 21 a 24 de outubro de 2014.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br).

Informações pelo telefone (51) 3590 8247.

A partir de 24 de julho de 2013 esta edição estará disponível na íntegra, neste sítio, em PDF.

## Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades

Inicia no próximo dia 15 de agosto o II Seminário em preparação ao XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades - A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea, que ocorrerá de 21 a 24 de outubro de 2014. Assim como a primeira edição, o II Seminário propõe uma série de palestras transdisciplinares que auxiliam a pensar o sentido, as implicações e os desafios teóricos e práticos da contemporaneidade tecnocientífica para a vida.

Dentre as atividades da programação, destaca-se a conferência com o professor Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva, da USP, sobre o tema “Heidegger e a questão da essência da técnica”, no dia 5 de setembro, das 19h30 às 22h.

Outro destaque da programação será a palestra do Prof. Dr. Francisco Javier Guerrero Ortega, da UERJ, sobre o tema “Neurociências, saúde e sociedade”, também das 19h30 às 22h do dia 8 de outubro.

Além disso, no dia 10 de outubro ocorrerá uma mesa redonda sobre “Projeto Biologia sintética e humanidades”, com o Prof. Dr. José Antonio Zamora e o Prof. Dr. Jordi Maiso Blasco, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), de Madri-Espanha, das 14h30 às 17h. E logo após acontecerá a conferência “Biologia sintética e humanidades”, ministrada pelo Prof. Dr. Jordi Maiso Blasco (CSIC), das 17h30 às 19h.

Todas essas atividades serão realizadas na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.



José Antonio Zamora



Franklin Leopoldo e Silva

